



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.
Presidência

Ofício nº 261/2015
Processo 82275

Mauá, 17 de Abril de 2015.

Senhor Presidente,

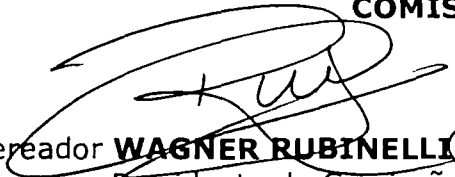
DOCREC
416/2015

Atendendo ao deliberado pela Comissão Especial Temporária, denominada Comissão da Verdade do Município de Mauá, com o objetivo de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instituída pela Resolução nº 879, de 10 de fevereiro de 2012, encaminhamos cópia do relatório final dos trabalhos desenvolvidos pela referida Comissão, para conhecimento dessa (Egrégia Casa de Leis, se for Câmara) ou Comissão.

Atenciosamente,


Vereador **FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA**
Presidente

COMISSÃO DA VERDADE


Vereador **WAGNER RUBINELLI**
Presidente da Comissão


Vereador **EDGARD GRECCO FILHO**
Relator


Vereador **RICARDO MANOEL DE ALMEIDA**
Membro

Exmo. Senhor
Vereador ANTONIO DONATO
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100
01319-900 - São Paulo - SP
Mim/mga/Sec/icnvv.

Av. João Ramalho, 305 - Vila Noêmia - Mauá - SP - CEP.: 09371-520
Telefone: 4512-4500 - Fax: 4555-1870 email: camara@camaramaua.sp.gov.br

19149 07/05/2015 011004 - Protocolo Legislativo - 98722



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE

VEREADORES EDGARD GRECCO FILHO, RICARDO MANOEL
DE ALMEIDA E WAGNER RUBINELLI

(2013-2014)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

328
M

SUMÁRIO

I) INTRODUÇÃO.....	3
II) ATIVIDADES REALIZADAS.....	4
III) FATOS EXAMINADOS.....	5
IV) DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS.....	7
V) CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FATOS APURADOS E CONCUSÃO.....	62
VI) PROPOSTAS.....	67
VII) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

329
MF

I)

INTRODUÇÃO

Através do processo n.º 82.275, requerimento N.º 1.327/13, de autoria do Vereador Wagner Rubinelli, foi criada a Comissão Especial Temporária, denominada Comissão da Verdade do Município de Mauá, com o objetivo de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei Federal n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011, e com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instituída pela Resolução n.º 879, de 10 de fevereiro de 2012, conforme dispõe.

Ficou estabelecido que os trabalhos da Comissão da Verdade do Município de Mauá seriam norteados pelos seguintes princípios:

I - Interação democrática entre a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e a Comissão Nacional da Verdade, como instrumento de fortalecimento do direito a memória, a verdade e à justiça;

II - Promoção de esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de Mauá ou praticadas por agentes públicos municipais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Tendo como objetivos e finalidades desta Comissão da Verdade do Municipal:

I - Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Mauá;

II - Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;

III - Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas a prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

330
[Signature]

desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 04 de dezembro de 1.995;

V - Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos;

VI - Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;

VII - Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Foram então indicados para integrá-la, 3 (três vereadores):

- EDGARD GRECCO FILHO
- RICARDO MANOEL DE ALMEIDA
- WAGNER RUBINELLI

Quando de sua instalação, os membros, por votação, decidiram que a presidência dos trabalhos caberia ao vereador WAGNER RUBINELLI; a relatoria, ao vereador RICARDO MANOEL DE ALMEIDA; e a vice-presidência, ao vereador EDGARD GRECCO FILHO.

II) ATIVIDADES REALIZADAS

Foram então realizadas 2 (duas) audiências públicas, sendo a primeira, realizada no dia 25 de abril de 2014 e a segunda no dia 06 de agosto de 2014, ambas denominadas **“DITADURA MILITAR: FATOS E CONSEQUÊNCIAS DAS PERSEGUIÇÕES”** e realizadas no Plenário da Câmara Municipal de Mauá e então prestaram depoimento, convidados por sugestão dos membros da Comissão, pessoas que, direta ou indiretamente, tinham relatos a fazer

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

331
M

sobre o período e as graves violações aos direitos humanos ocorridas, cujo rol é dado a seguir:

- No dia 25/04/2014, o Senhor, representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá PROFESSOR WILLIAM PUNTSCHART.
- No dia 25/04/2014, o ex-deputado federal RICARDO ZARATINI
- No dia 25/04/2014, a Senhora, representante do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região, MARIA JÚLIA OLIVEIRA LOBO.
- No dia 25/04/2014, o Senhor PADRE JOSÉ MAHON.
- No dia 25/04/2014, o ex-vereador de Mauá OLIVIER NEGRI FILHO.
- No dia 06/08/2014, a Senhora Coordenadora de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo – CARLA JULIANA PICINATI BORGES.
- No dia 06/08/2014, o Padre WALFRIDES PRAXEDES.
- No dia 06/08/2014, o Senhor HÉLIO JERÔNIMO DA SILVA.
- No dia 06/08/2014, o Senhor LUIZ SOARES DA CRUZ.
- No dia 06/08/2014, a ex-vereadora de Mauá, Senhora DIVA ALVES.
- No dia 06/08/2014, a Professora Mestre da Faculdade FAMA de Mauá, Raquel Quintino.

III) FATOS EXAMINADOS:

Resta claro que é dever desta Comissão Municipal da Verdade esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Mauá, além de promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria e identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade.

J



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

332
MX

É fato que o universo de violações de direitos humanos perpetrados pela ditadura militar é bastante amplo. As comissões da verdade, portanto, devem eleger os fatos considerados mais relevantes, cujas investigações não terminaram para o seu objeto. A Presidente Dilma Rousseff, quando da instalação da Comissão Nacional da Verdade, definiu bem a sua imprescindibilidade para a construção da democracia, nos seguintes termos:

"Ao instalar a Comissão da Verdade, não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

(O) que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesmo. E, nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo...

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história.

A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: 'A verdade é filha do tempo, não da autoridade'."

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade - Brasília/DF.

Palácio do Planalto, 16 de maio de 2012.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

333
MF

IV) DOS DEPOIMENTOS COLHIDOS

Dos depoimentos colhidos, cumpre ressaltar os trechos que seguem, com grifos e destaques nossos:

→ **Do Senhor representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá PROFESSOR WILLIAM PUNTSCHART:**

“Convido, inicialmente, todos a pesquisar um pouco sobre a história de Mauá, e aqui nós temos a história viva de Mauá: Padre José Mahon, Olivier, Dona Celcina, Dona Júlia.

Mas, pensando nesta noite, eu queria dividir a minha fala em dois momentos. No primeiro, elencar alguns fatos sociais, políticos da luta de Mauá antes do regime militar e, num segundo momento, propor algumas questões para nossa reflexão.

Antes, porém, gostaria de dizer que eu sou o Professor William Puntschart, sou concursado da prefeitura desde 92 e a partir de 2009 sou responsável pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá, cuja função é de preservar, catalogar, inventariar e propor para o Prefeito o tombamento dos bens culturais.

Entre os quais, eu gostaria de citar a casa na Praça 22 de Novembro, que foi a Casa dos Autonomistas que há a intenção da Prefeitura de preservá-la e ali se tornar o centro de referência das lutas políticas de Mauá.

Esta é uma batalha que o Conselho de Defesa já está propondo para a Prefeitura, para que esta casa, que fica aqui próxima ao correio na Praça 22 de Novembro, se torne um centro, um memorial destas lutas que ocorreram em Mauá.

Entre estas lutas, historicamente, numa perspectiva histórica, eu gostaria de ressaltar primeiro, as que ocorreram nas décadas de 10 e 20 pelos canteiros ou cortadores de pedras, também chamados de escarpelinos, que tinham principalmente a filosofia anarquista, os irmãos Zanela, que defendiam os interesses dos cortadores de pedras, que era a principal extração, a principal atividade econômica, na época - italianos - e devido a esta greve foram deportados.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

324
19

Esta atividade econômica era tão importante para Mauá que o primeiro prefeito, Índio Branca Lion, também cortava pedras, diga-se de passagem, numa época em que o exercício de Vereador e de Prefeito não era remunerado.

Ainda com relação à luta sindical, nesta perspectiva histórica, eu gostaria de lembrar do Sindicato dos Ceramistas, que foi criado em 1957, em que Mauá era a capital nacional da porcelana.

Já na década de 60 é criado o Sindicato dos Trabalhadores na Distribuição e Refino de Petróleo de Mauá.

Fizeram 02 importantes movimentos. Em 62 quando ainda a refinaria era União e não a Recap, fizeram uma greve pretendendo equiparar os seus direitos aos trabalhadores da Petrobrás.

Entre estes direitos está a jornada de 06 horas de trabalho e estabilidade após 02 anos.

E a segunda greve foi em 1963 com a qual propunham a encampação pelo governo de João Goulart.

É interessante a gente observar que na época que o Jânio Quadros foi eleito o vice não vinha na mesma chapa, então o vice de Jânio Quadros não foi escolhido por Jânio Quadros, foi escolhido pela eleição, que foi João Goulart, que tinha toda a herança de trabalhismo de Rio Grande do Sul.

Com o golpe de 64 – eu estou falando da greve dos petroleiros de 63 – o que o João Goulart propunha nas formas de base não pode ser efetuado, então os petroleiros não conseguiram que a Recap, que a Refinaria União fosse encampada pela Petrobrás.

Esta greve teve seus dirigentes presos e o Sindicato invadido pelo Exército.

Entre as lutas religiosas em Mauá, antes do golpe, é importante que a gente cite também, a questão da Juventude Operária Católica, da qual irão surgir vários quadros, tanto para a igreja católica, quanto para a Ação Popular e para o Partido dos Trabalhadores e outros partidos de esquerda.

Em Mauá iniciaram as suas atividades em 1940, na área onde hoje está a Santa Casa.

Ali o Padre Eduardo Batista convidou um artista romeno para pintar o interior da capela, que até hoje existe, é a Capela Cristo Rei, no interior da Santa Casa e que é remanescente desta época da Juventude Operária Católica.

Com o Governo do Ele Bernardi há a intenção de que fosse construído um hospital e aí a desapropriação, evidentemente tem um caráter político aí, de desapropriar toda a

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

335
M

área da JOC, retirando, então..., só ficando da JOC o remanescente da capelinha, que vale a pena ser visitada às quintas-feiras à tarde, que tem missa lá aberta ao público.

Infelizmente, para nós adentrarmos na capela nós precisamos passar pela UTI da Santa Casa.

Ele Bernardi e Luiz Alesina e mais 05 votaram contra a emancipação de Mauá no plebiscito de 22 de novembro de 1953, que é a data da nossa independência, que, aliás, deveria ser a data de aniversário da cidade e não 08 de dezembro como foi proposto por esta Casa, quando o então Presidente da Câmara, ligado ao PDC, muda a data de aniversário da cidade. Mas esta é outra questão.

Eu estou lembrando, então, historicamente das lutas políticas, religiosas, sindicais, que ocorreram em Mauá antes do golpe, porque para falar sobre o golpe nós temos pessoas aqui muito mais capacitadas.

Nós temos também nestas lutas a organização popular, tanto da Sociedade Amigos de Bairros, quanto da Associação das Donas de Casa do Parque das Américas, que foi a Diva Alves que levou à frente, principalmente lideradas, impulsionadas no Parque das Américas pelo Padre José Mahon, junto com a Dona Celcina, e no Zaira o Sabajasak - lembrar também a figura do Padre Praxedes, juntamente com o Padre Elias Belisário, Padre Belisário Elias de Souza, que é o nosso Cônego Belisário, que a gente só conhece da Igreja Matriz, mas que atuou muito ali no Zaira junto com o Padre Praxedes na organização.

A luta política nós temos que destacar Olavo Hansen, Raimundo Eduardo de Souza e Francisco Seiko Okama, cujas histórias já estão devidamente recuperadas.

Favor, concluir... Antes eu gostaria de propor 05 questões para a nossa reflexão, a primeira: que o golpe militar não foi só um golpe militar, foi um golpe civil, civil-militar contra o Estado.

Segundo, o caráter cíclico e frágil da nossa democracia.

Se nós olharmos ao longo do século 20, nós teremos os seguintes períodos da democracia em nosso país: de 32 a 37, depois do governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, de 46 a 64, o golpe militar e vivemos hoje a democracia de 85 até...

Segundo, que temos que entender o golpe não em si, mas no contexto internacional, nacional e interno.

Nós vivemos a nível externo o fim da guerra fria, a Revolução Cubana de 59 e já o surgimento das ditaduras militares em toda América Latina.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

336
Mg

E em nível interno, a aliança dos militares com os empresários, a Rede Globo, o Estadão, o Grupo Ultra.

Os tenentes de 22 vão ser os generais de 64.

E é aquilo que o (inaudível) chama de aparelhos privados de hegemonia, o papel fundamental exercido pelo Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que são intelectuais, hegemônicos da classe dominante que propagavam a idéia do golpe.

Enfim, para a nossa reflexão, devemos ou não avançar na Lei da Anistia?

Esta é uma questão que... Morto não é desaparecido.

Questões não respondidas, porque a tortura não é simplesmente um crime, a tortura é um crime contra a Humanidade. Muito obrigado e boa noite.

→ Do Senhor ex-deputado federal RICARDO ZARATINI:

"Eu gostaria de, inicialmente, dizer que me sinto muito honrado pelo convite da Câmara Municipal e, particularmente, a todos os Vereadores que aprovaram este requerimento muito importante da criação da Comissão Verdade num dos municípios em que tivemos uma das maiores tradições de luta de nosso povo, que é esta cidade de vocês, de Mauá.

Eu queria agradecer, então, à Câmara, particularmente ao Vereador Rubinelli, que nós estivemos juntos na Câmara Federal quando eu me tornei Deputado Federal e assim foi que o Rubinelli me conheceu.

Eu queria dizer a vocês que também assim conheci vítimas da Ditadura, fui colega antes de 1962, do Olavo Hansen.

O Olavo Hansen estudou na escola politécnica, mas não completou o curso e aí, apesar de já participar ativamente das lutas antes do golpe, eu consegui, às duras penas, terminar o meu curso de Engenharia. E o Olavo Hansen, naquela época, não tinha a multiplicidade de organizações de esquerda que tem hoje, mas naquela época o Olavo Hansen era um adepto do socicismo que na época chamava-se socicismo forjadista, porque havia um teórico da classe internacional que se chamava (inaudível) internacional forjadista.

E Olavo Hansen encontrava comigo, um companheiro de diálogo apesar de eu ser naquela época uma militância do antigo partidão brasileiro, porque a minha formação foi (inaudível) e também eu era comunista.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

337
MK

Então, eu me lembro bem que eu tentava moderar o Olavo Hansen, mas ele era bem mais radical do que a minha pessoa e eu só tomei conhecimento do assassinato dele, quando em 1975, eu vinha da clandestinidade, que eu estava aqui em São Paulo, li em alguns jornais e vi lá que o Senador Franco Montoro, do antigo MDB, havia feito um (inaudível).

Durante a ditadura havia só 02 partidos, vocês lembram bem. Não lembram porque vocês são muitos jovens, aqui os únicos coroados sou eu e o Padre José. Mesmo o Olivier é bastante jovem em relação à minha pessoa, mas ele foi um companheiro que abrigou vários companheiros da antiga Ação Popular, inclusive o Betinho, o irmão do Henfil, era uma das pessoas que foi um grande dirigente da Ação Popular. E (inaudível) e já o Padre José que é francês e tinha experiência na França, dos padres operários, o Padre José trabalhou (inaudível).

O Hebert de Souza vivia... São estudantes e eles queriam viver a vida proletária, a vida operária, então, ser transformado e entrar na fábrica e ele deu um exemplo que vocês vão saber aqui detalhadamente pelo Padre José. Isso ele me contava quando estivemos juntos (inaudível).

Enfim, para conhecimento rápido de vocês antes de eu ser deputado, quando eu era ainda muito jovem, estudante secundarista em Campinas, eu participei ativamente da campanha do "Petróleo é Nosso", que resultou em 06 de outubro de 1952 na criação do monopólio estatal do petróleo através da Petrobrás. Aí eu tive a minha primeira prisão. Uma prisão que, naquela época, não era ainda ditadura militar, deu até um ibope com as companheiras estudantes do meu colégio, porque a gente era muito jovem, eu tinha 16 anos.

Mas meu pai e minha mãe que não tinham nada a ver com política, o meu pai era um pedreiro especializado em fazer frente de prédios, que antigamente tinha isso e a minha mãe era costureira das madames da cidade de Campinas.

Então, aí, quando eu não chegava em casa, eles saíam para me procurar e aí o meu pai me encontrou na delegacia e o delegado falou: "Como o senhor deixa o seu filho nas mãos dos comunistas, fazendo essa luta do petróleo é nosso e tal".

E o meu pai me levou pra casa, me deu 02 cascudos e falou: "Você não se meta mais em política!". E acabou que não serviu o conselho dele e daí pra frente, cada vez mais eu me meti em política.

Vim para São Paulo, fiz um curso na Politécnica, fui Presidente da União Estadual dos Estudantes, agitava dia e noite, estudava e acabei até casando, isso moço, na minha vida isso antes do golpe.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

338
Mg

Mas eis que surge o governo de João Goulart, eu já formado, trabalhava na COSIPA e era o único engenheiro sindicalizado do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista na cúpula 9.164. Isso na época era um escândalo.

E naquela época o João Goulart era uma pessoa que lutava muito pelas reformas de base e não apoiava como o partidão apoiava, mas também apoiava, mas não apoiava com muita convicção as chamadas reformas de base: a reforma agrária, a reforma na educação, enfim, várias questões que ainda (inaudível) no Brasil essencialmente naquela época.

E aqui, me perdoe o professor William e os outros companheiros, naquela época se inaugurou uma sementinhazinha, de certa, bem no período ditatorial, se no governo João Goulart a política externa independente.

Havia a guerra fria, mas João Goulart falou: "Não, o Brasil vai fazer uma política soberana". E nunca foi favorável às intervenções que os Estados Unidos fizeram em cima das tentativas de derrubar Fidel Castro.

Bom, aí então, ocorreu que veio para o Brasil um embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, que, junto com o seu amigo militar, Vernon Walters, que havia sido diretor da CIA organizou uma facção só de militares, que havia duas alas de militares, a ala democrática e nacionalista e a ala que era francamente favorável aos Estados Unidos.

Então, o que ocorreu naquela época foi exatamente isso, eles organizaram o golpe, inclusive as (inaudível), isso está comprovado historicamente, organizaram a operação (inaudível), tinham porta-aviões, armas e se houvesse resistência ao golpe militar, eles iriam desembarcar navios aqui no Brasil e iriam sufocar, como fizeram mais tarde, sufocaram uma tentativa de resistência ao golpe na República Dominicana.

Aí foi dado o golpe, mas foi um golpe dirigido pelos Estados Unidos e apoiado pelas forças internas conservadoras.

Quem eram os conservadores?

Eram os grandes proprietários rurais.

Imagem, vejam só: o João Goulart aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Foi uma coisa... O João Goulart iniciou uma reforma muito grande na questão da moradia, da habitação e depois da administração e aqui em Mauá, ele fez um decreto, antes de ser derrubado, que depois foi revogado pela ditadura, estatizando a refinaria (inaudível) que havia aqui. Então, realmente ele foi um Presidente que tinha um programa muito grande.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

339
M

Mas houve esse conluio entre as forças externas, as forças empresariais – até foi citado muito sinceramente o (inaudível) – que financiou as eleições de 62 e foi feita até uma CPI. lá no Congresso, e o que ocorreu então foi que, ao lado dessas forças, havia a mídia, a mídia aliada às forças empresariais e dia sim, o outro também, fazia a campanha mediática, muito forte, sobre a ilação de que o governo Goulart era um governo comunista, denominado pelo comunismo, o que não era verdade.

Era um governo reformista e sendo um governo reformista, ele queria tornar o país mais capitalista.

Nós, recentemente, assistimos uma coisa igual. Teve um governo aqui, um governo do Partido dos Trabalhadores, em que o Presidente Lula e seu Ministro da Fazenda colocaram em prática uma série de medidas que melhorou a vida dos trabalhadores, particularmente dos mais pobres.

Mas, ao mesmo tempo, ele tem um apoio grande aos capitalistas e o Brasil que em 2002 tinha 02 milionários, 02 homens de fortuna que eram milionários, hoje tem 67 milionários. Então, o que ocorreu foi que desenvolveu um capitalismo, um crédito consignado, com juros ainda muito altos, mas as iniciativas foram... E o João Goulart queria isso também. Havia essa... E aí, um golpe naquela época, era um golpe truculento, era um golpe truculento. A mídia mobilizou os militares e deu um golpe, deu um golpe.

Eu passei para a clandestinidade, fui fazer – influenciado pelo exemplo de Cuba – fui tentar fazer uma guerrilha no nordeste. Foi feio.

Em 1968 fui muito torturado lá, mas como eu trabalhava e organizava os camponeses, eu consegui, depois de ser torturado lá, eu consegui falar com soldados e cabos, onde eu que estava preso no quartel... O soldado queria ser cabo, aí tinha que fazer uma provinha para ver a aritmética e o português. Eu (inaudível) da aula de aritmética e português. E o cabo queria ser sargento e também fazia isso.

E aí (inaudível) e quando a Aeronáutica me procurou e prometeu que iria colocar um tronco de árvore amarrado e me jogar ao mar, como jogados dezenas e centenas de companheiros nossos e desapareceram durante a ditadura militar, mas que foram exatamente mortos na tortura (inaudível) jogados ao mar.

Recentemente houve um militar que denunciou isso abertamente e com uma frieza muito grande e eu, antes de vir aqui hoje, estava lendo o tablet e esse tablet anunciava que esse Paulo Malhães havia sido ontem morto, sufocado.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

340
pg

Aí eu não posso provar, não posso fazer acusação sem prova, mas pode ter sido o que restou destes militares radicais, esses Bolsonaros da vida, que resolveram utilizá-lo como exemplo para nenhum outro militar vir a depor sobre os crimes da ditadura.

O que mais nós queremos é a verdade e se hoje essa Comissão da Verdade... Há um pessoal que fala: "Ah não, já tem uma comissão da verdade nacional, já tem uma comissão da verdade estadual, tem essa no município de Diadema, que é similar também, tem essa outra em outra cidade, tem no Rio de Janeiro, tem em Pernambuco".

Olha, eu digo a vocês: que as comissões da verdade se multipliquem em todos os cantos do nosso país, especialmente em cidades que têm um povo tão combativo, como sempre foi esse povo de Mauá.

Então, eu acho que merece isso, porque os exemplos dos depoentes que nós temos aqui, a Julia, o seu falecido pai, o nosso Padre José, mais o Olivier, são pessoas da maior lisura, pessoas que mais batalharam no passado para construir essa sociedade nova, que nós queremos.

Eu quero dizer que dar aula lá a esses sargentos, a esses cabos e soldados, eu consegui me evadir, fugir, para não ser morto pela Aeronáutica.

Quem me abrigou, eu tenho que falar claramente assim. Eu fiquei 01 mês e meio no Convento das Dorotéias, porque um santo.. Eu acho... Olha, eu sou marxista, não me confesso no catolicismo, mas reconheço que Dom Hélder Câmara me abrigou no Convento das Dorotéias para que eu não fosse preso de novo pela ditadura.

Vim para São Paulo, em São Paulo me uni junto com os companheiros, Marighela, da Ação Libertadora Nacional e aí nós já começávamos a ativar várias ações e aí o Marighela falou: "Você está se movimentando muito, você vai acabar caindo preso de novo".

Cai preso, fui torturadíssimo, mas felizmente veio o sequestro do embaixador norte-americano que não foi o embaixador que me fez (inaudível) e eu fui um deles.

Passei em Cuba, passei no Chile, voltei clandestino ao Brasil e fui ser novamente preso 1964, organizando o movimento operário e fui preso em 68 e saí com anistia em 69.

Aí, companheiros, eu quero dizer, então, que só depois disso eu virei (inaudível) tornar Deputado no ano de 2002, quando o Rubinelli também foi Deputado.

Então, eu quero dar esse depoimento para dizer a vocês, para finalizar: que nós tivemos uma grande derrota dos trabalhadores, do movimento sindical, das forças progressistas, em 1964. Foi feita intervenção em muitos, milhares de sindicatos rurais e



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

24/11/19

sindicatos urbanos. Vários companheiros foram mortos e aí nós iniciamos a resistência armada, essa resistência armada se afirmou depois de 1969.

Eu já vou terminar... E aí nós tivemos o problema, que eu gostaria de agradecer aqui a todos os companheiros, porque eu estava em 68 na clandestinidade e houve a greve da Scania, a primeira greve promovida com a (inaudível) de fábrica, que foi em 06 de maio de 1968.

Em 31 de maio fui novamente preso, mas naquela época a resistência armada já estava praticamente dizimada pelos crimes da ditadura.

E aí aquela mesma classe operária, aqueles mesmos trabalhadores que foram derrotados em 64, foram vitoriosos, porque se não fosse aquele ano de mobilização dos trabalhadores em greve, a ditadura não tinha amenizada.

E aí Mauá teve uma participação intensa. Muito obrigado, companheiros. Estou à disposição de vocês. Obrigado."

→ Senhora, representante do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região, MARIA JÚLIA OLIVEIRA LOBO

"Obrigada, Wagner.

Agradeço a atenção de todos. Quero agradecer pelo convite e dizer que depois do filme, gente, a emoção é muito maior, o coração fica aqui.

Parabéns aos Vereadores pela iniciativa da criação dessa Comissão. É de muita importância. Eu queria reforçar apenas que precisa muita coisa a ser feita para se chegar ao finalmente dos objetivos desta Comissão.

Eu queria pedir desculpa para aqueles que já ouviram, mas é a história da minha vida e eu não tenho duas, eu tenho uma e é ela que eu vou repetir hoje.

O meu nome é Maria Júlia de Oliveira Lobo e tenho 62 anos. Fui presa em dezembro de 1970, junto com outros muitos amigos da Ação Popular aqui da nossa cidade, especificamente no Jardim Zaíra.

Eu fui presa no escritório de contabilidade Barão de Mauá, que ainda existe na cidade, que é de propriedade de uma pessoa muito conhecida: Dárcio Antônio Leardini.

Eu queria, eu reforço o meu agradecimento ao Chico Bezerra que está aqui presente – meu amigo – ao Cido Faria, do Centro de Memória de Santo André, pelo apoio e pela cobrança constante para que eu fizesse um relatório da minha vida. Se eu fiz... E também ao Olivier Negri Filho, que sempre diziam que eu precisava ser mais incisiva nas minhas declarações.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

342
MS

Então, eu agradeço a eles.

Já foi dito, mas não custa reforçar: muitos brasileiros morreram, particularmente aqui na nossa cidade, o nosso amigo Raimundo Eduardo da Silva, militante da Ação Popular. Jovem, estudante, negra, aos 22 anos de idade.

Ele foi levado ao hospital de Santo André para as dependências do DOI-CODI em São Paulo, onde foi barbaramente torturado, morto e enterrado como indigente. Tendo ele família, tendo ele – inclusive – o senhor Hélio, irmão dele aqui presente.

E quantos brasileiros morreram... Quantos passaram pelas mesmas torturas, sevícias, arbitrariedades... E com um agravante: eles, militares, continuam ainda aí, pedindo também para serem anistiados. Resta saber o que nós vamos ter daqui para frente.

Vamos esperar para ver eles virem na televisão, dizer que foram anistiados, que foram perdoados por todas as atrocidades que cometeram. Eu perdi meu emprego, professor Willian. Eu trabalhava na Porcelana Mauá. Eu entrei em dezembro de 1967 e fui demitida em maio de 1968. Por quê?

Porque eu ajudei na organização do primeiro de maio de 1968 em São Paulo, aquela maravilha que passou ali no telão.

Meu segundo emprego foi num escritório imobiliário aqui também na cidade, pertinho. Coincidentemente esse escritório é próximo do Colégio Barão de Mauá, desculpe, do Therezinha Sartori, onde estudávamos na época.

Tivemos uma greve intensa contra o uso de uniformes. Pode parecer pequeno.

“Nossa, brigar por causa do uso de uniforme?”

Mas para nós, trabalhadores, que saíamos de casa às 6 da manhã e voltávamos à meia-noite, era muito ter que usar o uniforme à noite.

Todos saíam com uma sacola com uniforme, uma sacola com o material, uma sacola com uma marmita, porque todos eram operários.

E aí nós começamos esta luta intensa no colégio e de repente o colégio parou. Foi um movimento espetacular, foi uma vitória. Nós conseguimos livrar os alunos da obrigação de usar uniforme. Isso porque todos saíam de manhã com uniforme, marmita, bolsa e a sacola do material.

Meu pai.

Meu pai, como o Deputado já disse, que ele conheceu o senhor José Joaquim de Oliveira.

Y



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

343
16

Ele foi detido também na mesma data e fomos todos levados para São Bernardo e depois para o DOPS, DOI-CODI, Operação Bandeirantes. Eu sofri na pele as atrocidades do regime militar, juntamente com o meu pai. Por quê?

Primeiro porque o meu pai era o líder do Partido Comunista Brasileiro com muita honra. Era aquela figura que os militares queriam para "descer a mão" mesmo, para provar o que eles diziam que fariam.

Meu pai foi alfabetizado no ano de 1956, na cidade de Jaboticabal.

Ele levou quase 30 anos para aprender a ler e a escrever, com muito esforço e dedicação, que fez dele um autodidata. É aquele profissional, é aquela pessoa com instrução sem tampouco ter ido para a escola.

O que era o DOI-CODI? O DOI-CODI era o verdadeiro inferno.

Como bem disse a Presidente Dilma Rousseff, no episódio do diplomata Eduardo Sabóia, quando ele trouxe para o Brasil o Senador Boliviano, Roger Pinto Molina, abrigado por 15 meses na embaixada brasileira na Bolívia. Dou-me pois o direito de restringir somente a esta fala da Presidente, visto não serem necessários detalhamentos das torturas que por certo são de conhecimento de todos aqui.

Em diversos momentos de acareação entre mim e meu pai foi-nos colocada em cheque a nossa fé cristã. Eu sou católica apostólica romana. Onde pedi, sim, "pelo amor de Deus", por muitas vezes, que eles parassem com as atrocidades que cometiam comigo e com meu pai. E com zombaria deles.

As perguntas eram inúmeras: "Onde está o seu Deus? Chama por ele agora, para que venha salvá-los!". "Estão esperando, vamos, vamos, vão esperando, vão logo!". "Cadê o seu Deus que não vem tirá-los daqui?". "Velhos Comunistas!" e desculpe: "Filhos da puta!". E etc. etc. etc..

Isso tudo no meio de zombaria deles.

Além disso, tivemos que conviver com o deboche dos militares do DOPS, pois quando fomos presos, nós fomos tachados como a "ralé de Mauá" (inaudível).

É difícil relembrar destes fatos, porém tenho certeza absoluta de que contribuimos e muito para a democracia e liberdade que hoje nós temos.

Hoje todos têm o direito de ir e vir, reclamar, protestar, contestar, votar e ser votado. Enfim, a liberdade que hoje temos, custou muito caro, custou muitas vidas, muito sofrimento, muitas arbitrariedades, que só quem viveu sabe o quanto custou.

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

344
MS

Tenho, sim, que agradecer à Deus que me permitiu ainda estar viva para contar a todos, denunciar e pedir para que constem todos os nossos relatos nas mais altas esferas do nosso país, afirmando diante da nossa vivência, o quanto os militares foram arbitrários e truculentos e que causaram tanto mal a tantas famílias.

Minha inspiração principal, quando eu falo da fé cristã, está no Frei Beto – Carlos Alberto Libânio Cristho – com quem me identifiquei imediatamente após a leitura de seu livro “Batismo de Sangue” e aí, eu tive coragem de escrever, talvez de uma forma mais correta, mais clara, do que os relatos anteriores.

Eu tenho uma carta recebida do Frei Beto, quando do falecimento de minha mãe – Marcelina Maria da Silva Oliveira – que diz assim: “Meu querido Joaquim, recebi, consternado, a notícia da ressurreição da querida Marcelina. Imagino o quanto toda a família sente a falta dessa companheira que viveu de modo exemplar às exigências do evangelho: a luta pela justiça, pela liberdade e por uma sociedade igualitária e fraterna. Recordo com alegria a acolhida que dela recebi, quando aí estive mais de uma vez. E na fé guardo a certeza de que, tendo vivido no amor, agora ela desfruta da plenitude do amor que é a promessa do Senhor. Resta-nos sermos fiéis à herança que ela nos deixa: o testemunho militante de luta pela esperança dos oprimidos. Possa este Natal ser, para a toda a família, o renascer nos ideais de Marcelina. Muita paz e amizade. Frei Beto”.

No verso desta mensagem recebida, que é um cartão personalizado, diz assim: “Ainda que ventos impetuosos me façam naufragar, nada evitará que os tripulantes do barco ancorem no porto seguro de uma pátria livre e soberana, de um tempo de justiça e paz. Na casa do Pai resta-me a gratificante certeza de que assumi a vida como fruta madura ofertada aos que a querem em abundância. Frei Beto.”

Tive muita dificuldade de falar de minha história. Tive, inclusive, a crítica construtiva do Olivier Negri Filho. Mas isso tudo passou.

A fé cristã sempre foi um dos pilares da minha vida. E foi com essa fé que eu tive forças para resistir, para ter forças, em 2011 com a perda de minha filha – Cátia de Oliveira Lobo – aos 38 anos de idade.

Essa fé em Deus, eu vejo contida também no livro do Frei Beto, que diz assim: “A sugestão de celebrarmos missa no cárcere animara os presos políticos, inclusive os marxistas ateus. Tratando-se de liturgias, esses companheiros demonstravam aberto espírito ecumênico. Nunca se opuseram às celebrações, embora destituídos da fé capaz de aprender com o conteúdo da realidade sacramental. A celebração da missa nos subterrâneos do DOPS quebraria o espesso clima de atrocidades e permitiria, mais uma vez, a tentativa de recuperação de nosso espaço vital. Para a maioria dos companheiros a missa interessava enquanto rito capaz de simbolizar e exprimir a nossa

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

345
M

unidade mais radical, nos limites do sofrimento e na esperança libertadora que consumia nossas vidas ali dentro. Nesse sentido, a eucaristia – memória atualizadora da paixão e da ressurreição do Senhor – teria lugar privilegiado naquele calabouço, sem o risco de objetiva profanação que ela corre em igrejas freqüentadas pelos ricos senhores da terra. Ainda hoje que aos domingos comungam o corpo de Jesus e durante a semana esmagam aqueles com quem o Senhor mais se identifica.

Era a primeira vez que participávamos de uma celebração na qual predominavam comunistas. Do lado de dentro dessas grades encontravam-se comunistas e cristãos.

O que há de comum entre nós? O que havia de comum comigo e com meu pai?

A fé em Deus. O amor a Deus.

O mesmo amor à libertação do nosso povo. Não foi em torno de bancas universitárias dispostos a discutir questões teóricas que nos encontramos. Foi a luta que nos aproximou, traçando a linha divisória entre os que defendem os interesses da burguesia e os que assumem as aspirações do proletariado.

Era o meu sonho e o sonho do meu querido pai.

Meu pai sempre foi operário e viveu intensamente a sua condição de operário. Viveu exemplarmente o Evangelho no que se refere à luta com a classe operária, de todas as suas formas e condições, na luta com o povo, para o povo, no amor incondicional ao próximo.

Na história e pela história, Deus revela-se a seu povo e o convoca a construir um futuro de justiça e liberdade.

Esta foi a condição de vida da minha vida com meu querido pai. Respeito e amor pelo próximo.

A dor física, o pânico psíquico e o medo desencadeiam no prisioneiro, o instinto de sobrevivência, sob ameaça de levá-lo a dizer ou assinar o que querem os seus carrascos. Troca-se a dignidade pela preservação da vida. Nesse momento a escolha é crucial entre ceder à ânsia de sobreviver ou aceitar a dor e a morte por fidelidade aos princípios assumidos.

Na OBAN, os militares procuravam quebrar as resistências de todos os presos. O medo de sofrer novamente as mesmas dores era, por vezes, mais pavoroso que as próprias dores. Por isso a percepção, na fé, da presença de Deus em nossas vidas, que tanto encorajava os primeiros grandes mártires.

J

Voltaram às perguntas. Bateram em minhas mãos, nas mãos de meu pai. Ficavam roxas a ponto de não poder fechá-las.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

216
127

E a seguir, chega o Capitão Albernaz. Qual preso político que não conheceu o Capitão Albernaz?

Conhecidíssimo por todos pelas atrocidades que cometeu em todos que por lá passaram, inclusive comigo e com meu pai. E não seria diferente.

Vinhamos da célula da APE em Mauá, célula de base 22, com ligações fortíssimas com a Igreja Católica, com a Igreja Progressista, haja vista o número de padres, frades, que foram presos e torturados.

Ligações com Betinho, com sua primeira esposa, e outros. Era um peso imensurável para os militares a nossa vinculação com a direção da APE, no ABCD, em nossa cidade de Mauá, especificamente no Jardim Zaira.

E preciso dizer que o que aconteceu comigo e com o meu pai não é exceção, é regra.

Raros os presos políticos brasileiros não sofreram torturas.

Muitos morreram na sala de torturas, outros ficaram surdos, ou quase, como nosso querido e particular amigo, Getúlio Miguel de Souza, que está aqui, membro da APE em nossa cidade, que teve os tímpanos perfurados e que até hoje aguarda o julgamento de seu processo. E como sofreu esse amigo. Somente ele poderá dizer, pessoalmente, a todos vocês.

Eu quero agradecer. Acho que já me estendi.

Eu queria só ler uma frase também que eu achei interessante: "A tortura é uma coisa de tal modo horrível, que é melhor não falar dela". Isso foram palavras do magistrado Dr. Nelson Guimarães, quando convocou Frei Tito de Alencar Lima, amigo dominicano de Frei Beto, a prestar depoimentos no Tribunal Militar.

É isso. Falar de tortura é algo horrível. Agradeço a atenção de vocês.

Obrigada por me emprestarem os seus ouvidos."

→ Senhor PADRE JOSÉ MAHON.

"Bom, gente, boa noite, eu não gostaria de repetir o que já foi falado. Dizer de alguns acontecimentos que eu vivi.

Para começar: Jânio Quadros tinha sido eleito em 1960. Em agosto de 1961 ele renunciou e o João Goulart assumiu.

Eu cheguei no Brasil, da França para Santo André, no dia 01 de dezembro de 1961 e uma semana depois, no dia 08 de dezembro, que naquela época era feriado em todo Brasil, o João Goulart veio fazer um comício em Santo André, na Praça do Carmo, ao

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

244
14

ludo de Dom Jorge Marcos de Oliveira e foi neste dia que eu conheci o Presidente da República.

Era um homem de esquerda que queria ajudar o povo. No dia 13 de março de 1964, o João Goulart assinou o Decreto do primeiro passo para a Reforma Agrária no Brasil, coisa que era tão necessária.

Ele assinou praticamente o Decreto da morte dele, porque a partir daquele momento, o exército com as autoridades mais ricas da nação decidiram acabar com ele. Eles inventaram, para enganar o povo, essas marchas da "família com Deus pela liberdade", querendo atrair a favor deles, o povo religioso do Brasil.

Essas marchas não tinham nada de família, nada de Deus e nada de liberdade. O bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, falou: "Não aceito essas marchas na diocese". E não tiveram.

Naquela época, eu estava na Paróquia de Santa Teresinha em Santo André. E no dia 01 de abril de 1964, foi o dia da Revolução. O povo não sabia nada, não tinham notícias nos jornais, não tinham notícias na televisão e no rádio tinha música militar o dia inteiro, sem nunca dar alguma notícia.

E o povo estava meio perdido, não sabendo o que estava acontecendo. Nós soubemos depois, quando começou o Castelo Branco como o Presidente da República designado pelo exército.

Ai realmente eu tive muito apoio de Dom Jorge. Teve um grupo de padres e de pessoas que reagiram.

Eu lembro que em 1965, Dom Jorge escreveu uma carta aberta ao Presidente Castelo Branco. Essa carta foi publicada nos jornais. Logo depois houve a censura, os jornais não podiam publicar nada e deviam deixar em branco tudo que tinha sido censurado.

Nessa época, várias vezes nós tivemos – éramos 02 Padres franceses naquela época – tivemos que esconder pessoas na casa paroquial.

Chegavam pessoas conhecidas dizendo que tinha uma pessoa procurada pelo DOPS, pela polícia política e a gente a escondia.

Era arriscado, porque às vezes eram tentativas de armadilhas, mas nós tínhamos combinado que quando alguém mandava uma pessoa para esconder, sempre tinha que ter um papel assinado. E quando não tinha o papel assinado, era sinal que era uma armadilha para nos prenderem.

X

Aconteceu isso muitas vezes.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

348
mg

No dia 01 de maio de 1968, o Geraldo Vandrê veio na Igreja de Santa Teresinha dar um show, onde ele denunciava a ditadura militar.

Em 1971 cheguei a Mauá para começar uma comunidade no Parque das Américas e ajudar também no Jardim Zaira. As prisões dos jovens e dos adultos do Zaira já tinham sido realizadas.

O Padre Praxedes tinha um grupo jovem muito dinâmico, muito consciente e esse grupo jovem... O Junior fazia parte, o (inaudível) também, que foi preso e torturado.

Aí, quando eu cheguei, nos organizamos para ajudar as famílias, porque as famílias não tinham mais salários, tinham que tentar visitar os presos, então, a paróquia reuniu mantimentos para ajudar as famílias.

Depois, continuou uma resistência difícil.

No vídeo que nós vimos agora, dava a impressão que o povo se reunia em massa contra a ditadura, mas, na realidade, algumas vezes, na maior parte das vezes, o pessoal tinha muito medo, porque eles prendiam. Então, o que nós fazíamos?

Nós tínhamos... Naquela época não tinha gráfica, não tinha computador, não tinha nada disso. Nós tínhamos uma velha Gestetner que servia para imprimir alguns folhetos que nós íamos distribuir à noite nas casas. E depois, estes folhetos – alguns chegavam nas mãos da polícia política, que tentava descobrir de onde vinham.

Na igreja do Jardim Zaira, por exemplo, várias vezes a polícia política vinha à paisana para gravar no gravador a homilia do Padre, para ver se tinha alguma coisa contra a ditadura.

Só que a gente reconhecia esse pessoal que vinha para gravar, então, na última hora dava para mudar completamente o que nós íamos falar, para poder evitar que fossem gravadas coisas que podiam nos prejudicar.

E assim continuou esse tempo da ditadura.

Eu queria, para finalizar, contar um fato que me impressionou muito, até hoje. Foi no dia 02 de novembro de 1973.

Por que eu lembro do dia?

Porque 02 de novembro é Dia de Finados.

O pessoal da comunidade e de outras comunidades tinha decidido a fazer um panfleto para denunciar o que a ditadura estava fazendo e distribuir na porta dos cemitérios, porque em 02 de novembro todo mundo vai ao cemitério. E fizeram.

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

249
M

Por voltas das 05 horas da tarde alguém vem para dizer para mim: "Olha, o Marinho..." – que era um jovem da comunidade de 17 anos – "O Marinho foi preso". A policia levou ele.

E o pior é que ele estava sem documentos.

Aí, a família, realmente apavorada, veio falar comigo.

Eu falei: "Olha, vocês me dão os documentos dele, eu vou descer até a policia para entregar os documentos".

Aí, quando eu estava descendo – não tinha carro naquela época – quando eu estava descendo, alguém vem avisar que um amigo nosso menos conhecido, que se chamava Expedito, ele tinha sido também preso na porta do cemitério da Vila Vitória.

Aí eu cheguei na policia, na Avenida Capitão João e perguntei para entregar os documentos ao Marinho.

Eles respondem para mim: "Não, ele já foi levado para o DOPS em São Paulo".

Aí realmente eu pensei: e agora?

Com os documentos dele na mão, ir no DOPS em São Paulo... Tinha que ir.

Aí fui tomar o trem na estação. Desci na Estação da Luz.

E fui no prédio do DOPS que ficava há uns 300 metros.

Posso dizer para vocês, que de Mauá até São Paulo, eu fiquei rezando. Eu ia entrar no prédio do DOPS, sabendo que tinha o Marinho e o Expedito que estavam lá presos.

E o que eles iam fazer com eles?

Aí eu cheguei. Fui recebido na entrada por um policial, então, eu expliquei o caso.

Aí o policial falou: "Pode esperar?".

Subiu a escada e foi avisar o chefe.

Aí ele desceu e falou: "Pode subir".

Subi.

Cheguei lá numa sala e tinha um policial sentado.

Expliquei.

Não sei como que eu expliquei.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

350
J. J. J.

Acho que falei que era um rapaz jovem, que talvez ele não soubesse o que estava distribuindo, que ele estava sem documentos... Falei... Quando terminei de falar, o chefe do DOPS fala: "Eu vou soltar o Marinho". "Eu vou soltar o Marinho..."

Aí eu criei coragem, falei para ele: "Senhor, tem um outro. Tem o Expedito".

Aí ele falou para mim: "O senhor conhece o Expedito?"

Eu o conhecia muito pouco, tinha visto ele umas duas ou três vezes.

Eu falei: "Conheço".

"Então vem comigo".

Aí nós entramos numa sala grande, tinha um balcão e tinha um rapaz sentado, mas escondia o rosto com as mãos e estava curvado.

Aí cheguei perto dele e falei: "Expedito".

Ele nem levantou a cabeça.

"Expedito, eu sou o Padre José Mahon, vim aqui para te ajudar".

Nada.

Parecia anestesiado.

Falei uma terceira vez: "Expedito!"

Aí entra o chefe da polícia e fala: "É ele o seu amigo?"

Falei: "É".

Não sabia. Não sabia.

Ele falou: "Então eu vou soltar ele também".

Gente, os dois!

Aí tivemos que ajudar o Expedito a andar. Ele não andava.

Descemos a escada, o Marinho tava embaixo.

Peguei ele de um lado, ele do outro.

Nós fomos até a Estação da Luz para voltar para Mauá.

Quando chegamos na estação de Utinga, o Expedito começou a abrir os olhos: "Onde eu estou? O que aconteceu?"

J. J. J.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

Ai explicamos.

Olha, eles tinham feito alguma coisa para deixar ele anestesiado, paralisado, eu não sei o quê.

Ai ele começou a perceber que ele estava no trem voltando para Mauá.

Chegamos a Mauá e foi a grande festa.

Esse dia eu nunca vou esquecer.

Acho que saber disso ajuda a perceber o ambiente onde o povo estava vivendo na época da ditadura.

É isso que eu queria falar para vocês. "Obrigado."

→ O Senhor, ex-vereador de Mauá OLIVIER NEGRI FILHO

"Boa noite a todas e a todos.

Através do Vereador Wagner Rubinelli e do Vereador Edgard Grecco, quero cumprimentar as autoridades presentes, os companheiros e as companheiras que estão prestigiando este ato que eu acho muito importante para a memória do nosso país.

Eu vou procurar ser breve, eu gosto de falar muito, acho que é mania de sociólogo, diretor de escola, professor tem mania de falar muito, mas vou procurar ser bem breve.

Bom pessoal, vou começar pelo início: minha família mudou para Mauá em 58, lá no Jardim Zaira, o bairro não dispunha de nenhuma infraestrutura, não tinha água, não tinha iluminação nas casas, absolutamente nenhuma infraestrutura.

A cidade ainda era uma cidade nova, muito recente e enfim, não tinha um hospital, um Posto de Saúde, nada e logo que minha família mudou lá para o Jardim Zaira, como minha mãe tinha sido enfermeira no interior, lá em Mococa, a cidade de onde eu vim, ela acabou aplicando injeção em um, tirando a temperatura de outro, enfim, quebrando o galho das pessoas que moravam lá, que como nós, éramos migrantes, pessoas que vieram de Minas, do norte do Brasil e do interior do Estado de São Paulo e também alguns imigrantes.

Lá tinham famílias de italianos, espanhóis, enfim, pessoas que vieram para a região do ABC, porque aqui havia iniciado processo de industrialização por conta das indústrias automobilísticas e, portanto, eles estavam querendo buscar aqui melhores condições de vida assim como nós.

Só que assim, quando chegamos aqui, minha família teve um choque muito grande, assim como as demais famílias que moravam lá, porque se lá onde a gente morava



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

tinha dificuldade, aqui a dificuldade era multiplicada por 10, porque não tinha transporte, você tinha que andar a pé mais de quilômetros para poder chegar nas casas, não tinha luz, não tinha água, tinha que tirar água do poço, enfim, uma desgraça total.

Aí o pessoal foi se reunindo, se conhecendo e através da religião, principalmente o pessoal que era católico, acabou se reunindo primeiramente na capela sagrado Coração de Jesus, que era uma capelinha bem pequena, humilde, que tinha lá no bairro e o pessoal foi se conhecendo e discutimos problemas.

Aquela coisa de solidariedade cristã, fazia com que as pessoas se reunissem para ajudar a construção de uma casa, enfim, ajudar com remédio, roupa, porque vocês sabem bem, o pobre divide o pouco que tem, o rico tira o que o pobre ganhou de doação do outro, infelizmente, esta é a realidade, sempre foi assim.

Aí, durante todo aquele processo de conhecimento, iniciaram-se as primeiras lutas de reivindicação por melhorias no bairro, rapidamente o pessoal que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro, seja a irmã do Tanassa ou o próprio compadre Jôta, seu José Joaquim de Oliveira, pai da Júlia.

Este pessoal que era ligado ao partido Comunista, a princípio tinha um pouco de dificuldade de se aproximar dos católicos por conta de uma ideologia até de um certo sectarismo que havia por parte do Partido Comunista Brasileiro na época, quando eles perceberam que a luta era comum, eles começaram a se tornar amigos e até a frequentar a igreja.

Bom, o pessoal da igreja católica reivindicou do Bispo, que era o Dom Jorge Marcos, a possibilidade de se criar uma paróquia lá no Zaira. O Dom Jorge disse para a comissão de moradores, entre os quais, meu pai, etc, o senhor Odalino, o pessoal mais antigo do Bairro, seu Sebastião Martim, que ele até poderia criar uma paróquia lá, só que aonde o padre iria morar?

O bairro muito pobre, o povo não tinha nem o que comer, como é que ia dar de comer ao padre?

Aí meu pai falou: "Bom, em casa nós já somos muitos". Somos em sete irmãos, mais dois adotivos, só filhos nove, mais meu pai e minha mãe, mais os tios e tias que moravam conosco, ali já era um hotel, aí o Padre Praxedes foi designado Vigário do Jardim Zaira e ele foi morar na minha casa.

Bom, o Padre Praxedes, assim como Dom Jorge, tinham uma consciência política bastante apurada a favor do trabalhador, do pobre e oprimido, de acordo do que estava no evangelho.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

Gradativamente o Padre Praxedes começou a incentivar o pessoal católico que participava da missa, etc, a estar apoiando os movimentos da sociedade amigos de bairro, enfim, os movimentos populares começaram a se organizar com mais intensidade dentro do bairro.

A gente começou a discutir política, o Padre Praxedes e outras pessoas que tinham uma formação maior. Na época eu era moleque, tinha o quê? 14, 15 anos de idade. Eu com 13 anos de idade, o compadre Jôta, seu José Joaquim me deu o manifesto do Partido Comunista para eu ler e ainda levei o manifesto para eu ler, imagina e era já época da ditadura militar.

Este movimento foi se consolidando, os jovens começaram a se reunir na casa paroquial, através da equipe jovem, chamava equipe jovem, lá participava o Getúlio, o Jesomar que não está aqui, a Julia, a Isolina, enfim.

As pessoas que participavam da Congregação Mariana que havia na época e os congregados marianos, as filhas de Maria, pessoal da liga de Jesus, Maria e José, que eram organizações religiosas dentro da paróquia, começaram a participar da equipe jovem, a gente se reunia para dançar, etc e etc, e também para falar de política.

Em um dado momento, começaram a se organizar no ABC, o primeiro de maio de 1968 e a minha casa, por ser casa paroquial, na época, os padres sempre freqüentaram a minha casa, da diocese inteira até o Bispo chegou a ir lá várias vezes, porque tinha reunião dos padres, o Bispo tinha que vir e era lá em casa.

Aí o meu pai foi tomando contato com o pessoal da JOC, da Ação Católica e foram articulando através do pessoal de oposição sindical, os sindicatos estavam todos com interventores portanto, tinha oposição sindical, Zé Nanci, lá de Santo André, o pessoal que era ligado aos movimentos operários e também às igrejas.

Não era só igreja católica que despontava nesta luta, algumas igrejas protestantes tradicionais, como a Luterana, Metodista, a Presbiteriana, a Anglicana que é Presbiteriana, também tinham segmentos deles que apoiavam movimentos pela democratização, pela luta, não era só a igreja católica, agora, a igreja católica por ser a maioria tinha uma força maior.

Bom, aí foi feito um trabalho de organização para primeiro de maio de 68, no qual a gente participou, eu era moleque tinha 17 anos de idade, 16 para 17, minhas irmãs tinham 15 anos de idade.

Em Santo André, na paróquia da Vila Palmares, Padre Rubens, com mais outro grupo muito grande de gente, organizou também este movimento. Resultado: fomos todos para



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

354
18

o primeiro de maio de 68, com faixas abaixo a ditadura etc, tudo de trem, na época nem tinha carro, não tinha nem telefone quanto mais carro, não tinha nem luz nas casas.

Bom, resultado: depois do primeiro de maio de 68, que todo mundo de uma maneira geral sabe o que aconteceu, baixou o ato institucional número 5, recrudescceu a perseguição às pessoas que eram contra a ditadura militar, mas em vez de a gente apagar o facho, como diz o outro, nós nos aproximamos mais do pessoal que era ligado à ação popular.

A ação popular era um partido que surgiu dentro da igreja católica, através do movimento de ação católica, JOC, ACO, etc., enfim, aí resultado, veio Cido Faria, de Santo André, que era APE, veio o Betinho, logo depois Betinho veio e ficou, o Betinho tinha que morar em algum lugar. Ele tinha hemofilia, ele tinha um problema de saúde sério e minha mãe por ser enfermeira, meu pai acabou acolhendo Betinho para morar na nossa casa, porque qualquer problema, ele estava com os documentos falsos, o nome dele era Francisco de Carvalho, na época, era um nome frio, com este nome inclusive, com os documentos falsos é que ele foi contratado para trabalhar na Porcelana Schmidt.

Ele só foi contratado para trabalhar na Porcelana Schmidt, porque o chefe do Departamento Pessoal lá, era um cara ligado ao Partido Comunista Brasileiro, que era o senhor Nelson de Genaro, que atualmente não mora em Mauá, ele não precisou de fazer exame médico, pois se tivesse que fazer exame não passava, é lógico.

Bom, com a vinda do Betinho e do pessoal da APE, nós acabamos nos afiliando ou associando a Ação Popular e formamos as células de base, várias células que eram os militantes, depois tinham os simpatizantes e os aliados.

Esta atuação da APE em Mauá e também na Vila Assis e em alguns outros bairros, mas o mais forte era no Jardim Zaira, consistia em fazer um movimento de denúncia contra a ditadura.

Nós fazíamos comícios relâmpagos, fazíamos palestras nas datas que se comemoravam, por exemplo, Independência do Brasil. Então nas casas de alguns aliados, que normalmente era gente ligada à igreja, com certeza absoluta, a gente reunia um grupo de pessoas e ia um palestrante lá e discutia, que tipo de independência nós temos? Se nós temos dependência econômica dos Estados Unidos.

Enfim, era feito um proselitismo político de conscientização política da massa, da população do bairro, isso além dos comícios relâmpagos que a gente fazia, subia em cima de um caixote de tomate e metia o pau.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

355
M

Aí tinha o grupo de autodefesa, que era um pessoal que treinava capoeira, etc., do qual o Getúlio fazia parte, o Getúlio era moleque, eu tinha 17, eu era 02 anos mais novo que eu, imagina minha cabeça, eu tinha 15 anos, Jesomar e outros mais, o Luís, o Sabiá, o Sebastião. enfim, tinha um grupo de homens que fazia o grupo de autodefesa, enfim, o Raimundo, com certeza.

Gente, foi assim uma militância muito intensa, a gente participava, eu a Júlia, o Gil, participávamos da UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas também e tinha a participação nossa da associação de moradores, além da atuação na igreja.

Bom, em 1970 nós tivemos uma notícia de que, provavelmente, nós havíamos sido denunciados e que iria ser preso um grande número de pessoas em Mauá.

E aí muitos de nossos amigos, todos foram aconselhados, quem era militante do Partido a se mudarem de Mauá, ir para Santo André e outras regiões do ABC. E alguns resistiram a mudança, por quê?

Porque sabia que a família ia ficar aqui e iria sofrer a consequência, com certeza.

Eu fui um dos que ficou, a Júlia foi outra que ficou também, seu Joaquim, enfim, o Jair Zoanon também, a Izolina, enfim, várias pessoas permaneceram morando nos mesmos lugares.

Porque não tinha para onde se esconder, como é que meu pai ia se esconder com 09 filhos, o filho mais velho com 17 anos? E o seu Joaquim, ia se esconder onde? Então ficamos aqui e aí eu fui preso dia 16 de dezembro.

Dia 16 de dezembro eu estava estudando lá que tinha uma prova de física e os caras me mandaram me chamar na junta militar aqui em Mauá, dizendo que eu ia ter que fazer um discurso e juramento da bandeira.

Reparem bem vocês. Eu peguei uma bicicleta velha, eu estava estudando com o professor Gabriel que é um amigo nosso ñi do bairro, e de chinelo e vim aqui para a junta, que funcionava ali perto da estação.

Cheguei lá e seu Antônio, seu Antônio era amigo do meu pai, porque ele era Congregado Mariano aqui da Matriz, ele era o chefe da junta e tinha o Carlos que é meu amigo até hoje, que era um garoto na época e ajudava o seu Antônio, seu Antônio falou: "Olivier" – quando ele falou Olivier um cara já me grudou: "Oh companheiro! Estou aqui, porque caiu os nossos companheiros nossos em São Paulo" – Quando ele veio com esta conversa, pensei: "Tô ferrado, já sei o que vai acontecer".

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

356
MS

Aí, eles me raptaram, me jogaram dentro de um fuscá e me levaram para uma chácara, aqui, depois identifiquei o local tudo direitinho. O dono da chácara nem sabia que eu tinha sido torturado lá, mas depois eu contei para ele.

Eu fui levado para esta chácara e fizeram roleta russa, levei uns petelecos, apanhei que só um desgraçado, me fizeram ficar nu, não queria tirar a roupa de medo, os caras me arrancaram a roupa na marra, para humilhar e tal. E aí quando fizeram roleta russa eu fiquei bastante apavorado, mas eu imaginei se eu não confirmei nada do que me perguntaram vão me matar, só não vão me matar se eu confirmar alguma coisa, foi o raciocínio que eu tomei.

E assim, de medo mesmo, eu tranquei a boca e não falei nada, mas eles perguntavam: "Conhecem fulano de tal?". E eu dizia que conhecia, não podia negar e aí perguntaram: "Conhece o Manoel?" - "Ah, o seu Manoel português?" - "Manoel, deixa de ser idiota" - "Quer dizer que o seu Joaquim não é o seu Manoel?" - "Não, o seu Joaquim é seu Joaquim, seu Manoel é seu Manoel".

Então dei uma de retardado, porque eles queriam nome quente e o nome frio, seu eu confirmasse significava que a denúncia que eles tinham era verdadeira. Eu apanhei pra caramba.

Aí nisso entrou um rapaz chamado Josimar, na época ele era cobrador de ônibus, amigo nosso, participava lá da comunidade, mas não era o Jesomar e eles estavam atrás de Jesomar.

Quando o rapaz entrou embaixo de peteleco, porque ele era muito grandão, alto assim, até a família dele é vizinho da Júlia até hoje.

Aí, resultado, o cara me viu: "Olivierzinho, fala para eles que eu não sou o Jesomar, que eu sou o Josimar, eu também participo lá do grupo de jovens"

Aí o cara já começou a contar que participava do grupo de jovens e tal e tal, aí os caras: "ah! Quer dizer que este não é o Jesomar?" - Eu falei: "Não, este não é o Jesomar, este é o Josimar".

Beleza. Aí: "Pode botar a roupa" - Aí já meio ensanguentado, que já tinham me detonado o supercílio, não sei o que, botei a roupa e pensei - eles vão me mandar embora - me jogaram dentro do carro e me levaram para a Seccional de São Bernardo.

Quando cheguei na Seccional de São Bernardo, eu vi o horário, na hora assim, era dez para as seis, passamos por onde fica o escrivão, aí fui.

Me levaram para um quartinho, de mais ou menos uns cinco metros de comprimento, por uns dois de largura e dois metros de altura: "Tira a roupa" - aí entrou assim, uns

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

957
JF

dez caras, policial militar e civil, investigador: "Tira a roupa" – E eu: "Não tiro, não tiro!" – Os caras: "Arranca. Então não vai tirar? Então a gente arranca" – Arrancaram, rasgaram a minha camiseta, arrancaram a minha calça, eu estava de chinelo mesmo, já estava arreventado o chinelo. Beleza.

Aí os caras pegaram, tiraram do teto um alçapão assim, eles puxaram a madeira caíram 02 correntes, aí eles enfiaram a mão lá dentro, tiraram uns fios de eletricidade, um pedaço de toalha velha, amarraram meus pulsos, meus tornozelos, eu nu, enfiaram nas minhas pernas, de um lado para o outro, uma barra de cano de ferro, me penduraram de pau de arara, igual aqueles frangos que a gente vê para assar, daquele jeito eu fiquei.

Os caras começaram a fazer perguntas e dar choques nos órgãos genitais, na boca porque é onde é mais sensível.

Tinha hora, acho que depois de, acho que uns 15, 20 minutos que para mim devia parecer mais de 03 horas, eu dava graças a Deus quando eles davam choque, porque eu tremia assim e aliviava o peso no braço.

Mas, enfim, eu fui torturado aproximadamente uma hora, porque na hora que eu saí, eu estava tão preocupado que se eu não falasse nada, eles fossem me soltar, eu estava achando que ainda ia fazer a prova de Física aqui no Viscondão, no Therezinha Sartori.

Quando eles me desceram do pau de arara, eu já não conseguia ficar de pé, nem por a calça. com muito custo eu consegui por a calça, me puseram de novo no carro e me jogaram na delegacia de policia de São Bernardo, no corró lá, lugarzinho que ficam só pessoal que eles pegam, bêbados, traficantes, sei lá o que e eles me colocaram no quartinho, fiquei lá o final de semana inteiro.

Na segunda feira me chamaram no gabinete do delegado, na época eram os delegados, Dr. Machado, Dr. Jefer e Dr. Augusto, os três delegados da Seccional.

E eles me botaram dentro do carro e me levaram para o Jardim Zaira e eu todo ensangüentado, todo esbodegado, entendeu? Tinham caído obturações dos dentes, que tinha umas três na boca, caiu derreteu, caiu por causa das torturas, minha boca já não conseguia beber água, e eu estava com muita marca de tortura, e me levaram primeiro em casa para tomar banho e tudo.

Bom foi um forfê grande, porque a comunidade lá, a gente é muito conhecido, reuniu muita gente lá em casa, na hora o Jesomar viu que eu estava lá, se entregou puro e simplesmente e eles foram pegando o pessoal nos locais de trabalho.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

358
py

O Gil trabalhava na Ibrape e prenderam o Gil na Ibrape, e foram, prendendo, prendendo, prendendo, quem eles puderam por a mão que eles acharam em casa ou acharam no trabalho eles foram prendendo, a Julia foi lá no escritório, enfim.

Aí, nós fomos levados para a Seccional do DOPS em São Bernardo. Passamos um tempo lá, fomos muito torturados, Getúlio e o Jesomar foram os que, fisicamente, foram muito torturados, tanto que os tímpanos do Getúlio estouraram de tanto telefone que deram nele.

Bateram, bateram demais, o Getúlio foi uma pessoa que teve uma força muito grande de ter agüentado tudo aquilo e não ter entregado o Chico, o Betinho, porque o Betinho se tivesse sido entregue naquele momento, tinha sido morto.

O Betinho morava em Santo André, junto com a primeira mulher dele e o filho mais velho, e ele, se fosse preso, com certeza seria morto, e o Getúlio sabia onde morava e viu ele na rua. Em uma das diligências que tinham mania de levar um de nós, ele viu na rua, virou a cara para outro lado e não reconheceu.

Então, estou dando este depoimento, isso o Getúlio pode falar melhor que eu no depoimento dele, mas que eu admiro muito a coragem que todo o nosso pessoal teve.

Eu sempre brinco que se todas as pessoas envolvidas, naquela época, com os movimentos populares fossem presas, tinha que pegar o estádio de Mauá e ainda não cabia, porque era muita gente, era muita gente envolvida.

Só que, logicamente, foram sendo presos aqueles que tinham documentos que aparecia o nome, porque na época a gente tinha assim, muita confiança. Então, tinham documentos nas casas das pessoas que tinham até nome, nome quente e nome frios das pessoas.

Então, esses aí acabaram sendo presos e a maior parte foram pessoas que tinham lá nomes nesses documentos. Enfim, de lá da Seccional fomos até o DOPS, rapidamente, passamos por lá, e fomos para a Operação Bandeirante, onde houve novamente sessões de torturas, não só física como psicológica com todos.

Meu pai, coitado, dá dó, foi preso acho que umas 10 vezes. Eles prendiam de manhã, levava meu pai para lá, torturavam o meu pai na minha frente, fazia o meu pai me dar choque, tinha uma maquininha de choque lá. Me torturavam na frente do meu pai, torturavam o meu pai na minha frente, aí soltavam o meu pai.

Meu pai chegava em casa, vinha outra viatura e prendia o meu pai de novo e levava o meu pai para lá. Meu pai foi assim, um ping-pong e eles ameaçaram muito, porque tinha fotografias das minhas irmãs, Elizabete e Margarete que são gêmeas, com a faixa: Abaixo a ditadura. Então, ameaçavam que iam pegar a minha irmã.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

359
mg

A Bete tinha acabado de ter bebê, que é o Almir Rogério, meu sobrinho mais velho: "Eu vou prender sua irmã também". Minha irmã estava de resguardo ainda.

Então, apavorou muito a gente, apavorou todo mundo.

Eu fiquei preso 89 dias, não recebi visitas um dia.

De gente que não estava presa, só tive a oportunidade de ver a comadre Marcelina, uma vez no DOPS, a mãe da Júlia, foi a única pessoa de fora que vi e meu pai que saía, coitado, voltava, era torturado e ele voltava.

E aí, foi um negócio muito terrível para todos.

Eu quero dizer mais uma coisa, a gente fala de quem morreu, que é uma coisa, uma dor que você... Eu e o Gil fomos as duas primeiras pessoas que vimos o Raimundo morto, porque os caras, o JC, aquele desgraçado, que ainda não foi preso, mas nós sabemos onde o desgraçado está trabalhando como delegado ainda, me disse assim: "Oh, teu companheiro aí, o negão, ele quis ser muito machão, até o último minuto manteve a posição, mas está morto viu. Ele já foi. Agora prepara que têm vocês para cair".

Eu perdi o chão, porque eu nem sabia que o Raimundo tinha sido preso. Eu não sabia, porque eu estava na cela e não sabia. Quando ele levantou o lençol e eu vi o rosto do Raimundo, branco como uma cera, um negão né, eu reparei a sonda do Raimundo arrancada e jogada do lado, em cima da mesa. Uma sonda, porque ele tinha sofrido uma operação, ele tinha uma sonda com um nó dado. Eu e o Gil fomos os dois primeiros a ver.

Agora, as pessoas quando saíam de lá, nós ficamos todo este tempo preso, uns ficaram mais, outros menos, eu fiquei 89 dias e quando eu sai, a gente... Tiveram pessoas que conseguiram superar todo o trauma que passou lá dentro – nunca se supera totalmente – e outras tiveram seqüelas gravíssimas que nem se fala aqui.

Mas hoje eu faço questão de falar de uma moça que se chama Aide Yurico Oda.

A Aide, quando nós fomos presos, era a minha namorada e ela tinha... Era 01 ano mais velha do que eu. Eu tinha 18 anos e ela 19 anos e essa menina culta, bonita, inteligente...

A Julia teve a oportunidade de conviver com a Aide muito tempo. Nós estudávamos juntos no Viscondão, Therezinha Sartori. Ela adquiriu esquizofrenia paranóica por conta da tortura psicológica e etc, que ela sofreu. Hoje ela tem 63 anos de idade, eu vou fazer 62 e ela está completamente alheia do mundo. Eu vou lá visitá-la de vez em quando. Tenho muito amizade com a família. A irmã que cuida dela, a dona Tereza, é muito amiga da gente e eu tenho ido lá esporadicamente visitar.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

360
12/8

Inclusive minha esposa, que Deus a tenha, porque faz poucos meses que faleceu, foi lá já comigo visitar a Aíde, quando estava viva e as minhas filhas também estiveram lá, porque temos amizade com a família.

E ela está lá inerte, não toma um copo de água que você de para ela. Ela tem que ir lá e pegar. Ela não come um pedaço de pão, se ela não fizer o pão, porque ele tem aquela mania de perseguição.

Eu não sei se poderia estar falando, mas, por exemplo, a irmã do Getúlio, a Laide, tem um trauma, que você não pode tocar nesse assunto para ela, que ela – você entendeu? – que ela tem um piripaque.

A pressão que a Laide sofreu foi um negócio tão absurdo, ela era menina de tudo, menina de 14, 15 anos de idade, ela não chegou a ser presa, mas só o susto que meteram nela e na família, os traumas que todas as famílias sofreram, foi algo assim indescritível.

As mães que ficaram em casa, a minha mãe, a mãe da Julia, a dona Anunciata, mãe do Getúlio, que está viva até hoje e lúcida, é uma coisa absurda, a dona Maria, mãe do Hêlio, que puxa vida, o Hêlio era namorado da minha irmã Margarete quando foi morto, é uma coisa indescritível.

Todo este drama pessoal, ele é importante que seja lembrado, mas o que a gente não pode perder o foco é do seguinte: isso tudo é triste, é lamentável, etc, mas, eu, particularmente, se tivesse que passar por tudo isso, eu passava sim.

Talvez a gente tivesse uma estratégia diferente, porque as coisas mudaram, a gente mudou, a gente aprendeu, mas a democracia só foi possível neste país – embora nós estamos ainda em um processo de aprendizado do que significa a palavra democracia... Mas se o que temos hoje, em termos de democracia e de liberdade, que não é aquilo que a gente quer ainda, a gente agradece a esta luta que foi travada por milhões de brasileiros.

Eu acho que todo este sofrimento tem que ser lembrado, mas a gente tem que ressaltar a importância.

Para que se chegasse às lutas dos trabalhadores, com as primeiras greves em 80, foi preciso plantar e a gente, nós pudemos, humildemente, ser aqueles primeiros semeadores nessa última fase recente da história política do Brasil.

Então, a gente ajudou a semear e eu acredito que ainda vamos colher os frutos, porque nós estamos em um processo, como eu já disse.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

361
118

Eu acho que vou encerrar, porque acho que o meu tempo já deu e está um pouco tarde para que todos nós estejamos aqui. Obrigado pela paciência."

→ O Senhor PADRE WALFRIDES PRAXEDES

"Esta memória da participação da gente num período da ditadura é uma dura memória, porque fere o coração da dignidade humana, do nosso povo, de todos os ideais que foram sepultados naquela época, uma época em que não se poderia sonhar, projetar, mas que nós tínhamos sempre que dizer: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

Era o lema da ditadura e todos que se opunham ao poder militar, eram tido como antipatriotas.

Então, eu, naquela época, vou reduzir a minha declaração em um período relativamente curto, mas muito significativo, em que eu estive de 1963 a 1969 atuando no Jardim Zaira, como primeiro pároco.

Era uma paróquia recém fundada e eu fui o primeiro pároco.

Foi uma experiência de trabalho direto, com um povo muito pobre vindo do nordeste, do interior de Minas e do interior de São Paulo.

Chegou empurrado pela necessidade de trabalho com um ganho melhor do que estava sujeito a ganhar na roça ou em pequenas cidades.

Para formar nesse povo, uma nova consciência de dignidade baseada na justiça e na liberdade, procurei dirigir minha atividade não apenas a uma religião de culto e prática de devoção. Estimulado por Jesus que viu e se interessou pelo camponês, quase sempre expulso das suas férteis propriedades pela ocupação da Galiléia, pelas forças militares do Império Romano.

Percebeu que se tratava de um pobre "empobrecido". Acompanhou Jesus o sofrimento do lavrador que prepara a terra nem sempre produtiva a ele destinada, acompanhou a semeadura, o crescimento da planta e se alegrou com a colheita. Observou os desempregados que aguardavam nas praças, serem contratados por um dia. Esteve com as mães que o procuravam com seus filhos pequenos.

Vivia rodeado de doentes, pobres e ignorantes, desprezados e humilhados, desequilibrados e malucos. Eu lia o evangelho e lia a história do povo do Zaira. Também eu não podia passar indiferente pelas ruas poeirentas ou enlameadas do meu bairro. Sofri o impacto com o que vi. Jesus veio para que todos tivessem vida e sofreu as dores do seu povo. Não podia ser diferente para mim, que queria ser seguidor e discípulo de Cristo.

O cenário, pois, que encontrei foi este: a evidente pobreza de um povo que morava em pequenos lotes pagos a "suaves" prestações, em casas inacabadas, construídas em

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

Handwritten signature/initials.

mutirão de parentes ou amigos nos fins de semana, abrigando em seu interior numerosa família, sem nenhum conforto, pouca roupa, pouca comida, salário curto.

O que talvez mais custasse para esse povo foi passar por uma rápida e agressiva transformação: de lavrador a operário, de caipira a cidadão de metrópole. Nesta situação a Igreja não se contentou em alimentar a religiosidade restrita ao culto, à catequese e às bênçãos.

Tinha tudo isso, mas preocupava-se também com as condições de vida e trabalho daquele povo que ocupou o Zaira na década de 60.

Ali trabalhei, me alegrei, me entusiasmei, sofri, fui acolhido e também não compreendido.

Desde o início, sem o mínimo recurso material, só foi possível permanecer no bairro, porque encontrei boa vontade e generosidade, em pessoas como Oliver Negri que me alimentou em quase todo o tempo em que estive no bairro.

Sua sogra e vizinha, dona Maria Lopes, cedeu-me dois cômodos na frente de sua casa onde dormia e atendia as pessoas que me procuravam. Não tinha igreja, a não ser a capela do Coração de Jesus, muito pequena, situada no meio do bairro.

Rezava a missa sob uma cobertura, sem paredes em um terreiro alagadiço, onde se ergueria depois que eu saí, a atual Igreja Matriz que hoje se dedica a São Paulo Apóstolo. Relato isso para deixar bem claro que não há como servir ao povo trabalhador e pobre senão vivendo as mesmas condições.

Eu não era um intelectual orgânico muito em voga naquele tempo. Não cheguei lá com pretensão de impor ideias revolucionárias estranhas à mente daquele povo.

Ao ver a situação, pensei muitas vezes na visão e sentimentos de Jesus: sofreu o sofrimento dos que o procuravam com suas chagas expostas. Busquei alguma prática coerente com o que aprendi com o Divino Mestre: dar a todos consciência de si mesmos, da vida que levavam e que não era digna, formar lideranças que se tornassem capazes de assumir responsabilidade na busca de meios que levassem a melhores condições de vida; enfim, criar instrumentos para isso.

O trabalho resultou em espaços de participação. Foi brotando na mente e no espírito das pessoas, o desejo de liberdade, de organização e interesse pelo bem comum. Ficou claro que os trabalhadores deixavam na fábrica suor, saúde e vida, mas não dava pra viver do seu trabalho.

O gasto de energia não revertia em benefícios para suas famílias e muito menos percebiam alguma melhoria no bairro: ruas de terra mal conservadas, esgoto inexistente, falta de água encanada, falta de um posto de saúde, uma só linha de ônibus fazendo muitos caminharem longas distâncias, uma só escola primária, praticamente nenhuma assistência à infância, etc.

Handwritten signature/initials.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

362
11/11

Nos 06 anos que morei no Zaira deu para perceber até onde chega a exploração capitalista: esgota o trabalhador, reduz à pobreza permanente suas famílias que são esquecidas pelo poder publico em bairros precariamente servidos. É assim que se garante a reserva de mão de obra barata que se reproduz nos bairros pobres.

Eu não podia, em consciência, encarar isso com água benta e promessa de vida futura. Pelo contrário, todo o meu entusiasmo de jovem padre foi canalizado na formação de uma consciência transformadora das condições de vida a partir do bairro.

O trabalho constante visou à formação de cristãos cidadãos participantes e construtores de um mundo novo. Aproveitamos para isso todos os recursos comuns a uma paróquia: as missas, as homilias, a catequese, as devoções, as reuniões, as festas.

Em todas as ocasiões insistíamos que estávamos num bairro, precisávamos olhar para a vida dos seus moradores, nós mesmos éramos moradores como todos os demais.

Mas seria um olhar interessado, não indiferente, na busca de solução para os graves problemas que enxergava. Para conhecimento e julgamento da realidade, usávamos ensinamentos do evangelho, tentávamos captar o modo humano de Jesus viver, e os recursos ou instrumental das ciências sociais. Isso nos fornecia sua adequada leitura e interpretação da realidade.

A teoria era passada em reuniões, assembleias paroquiais, encontros de estudo. Mas o importante foi a prática gerada por esse esforço de formação.

As lideranças amadureceram não apenas participando de encontros e atividades da igreja, mas também na reestruturação da Sociedade Amigos de Bairro, na formação da Cooperativa Popular de Consumo, na formação de grupos de mulheres, em movimentos para reivindicar água encanada, esgoto, calçamento, posto de saúde, creche, mais e melhor transporte coletivo, escola, etc.

Todas as atividades eram programadas e revisadas nos diversos grupos de interesse, mas, depois, para despertar também interesse coletivo, a atuação das lideranças era colocada, discutida e apreciada em assembleias paroquiais mensais.

Estas eram abertas a todas as pessoas, mesmo as que não participavam de grupo pastoral. Além de uma visão de conjunto, tais assembleias podiam despertar interesse para uma maior participação.

Com o advento do regime militar que restringiu a participação livre nos sindicatos, nos grêmios estudantis, nas comissões de fábrica e nas associações populares, não é de se estranhar que o modo de fazer pastoral no Zaira e em diversas outras paróquias do ABC, chamasse a atenção das autoridades.

Estava claro que em nenhum momento apoiamos a ditadura, embora fossemos comedidos nos nossos comentários públicos.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

364
my

Víamos como urgente e indispensável uma tomada de posição. Para isso concordamos em reunir um grupo de pessoas que já atuavam na paróquia e no bairro para análise da conjuntura sócio-política e possível resistência aos militares no poder. Sabíamos, sobretudo a partir de 1968 e do AI -5, que ser contra os chefes militares, em posse do poder, era considerado antipatriótico.

"Brasil- Ame-o ou deixe-o", bradavam eles a todo o momento.

Nossas lideranças, impulsionadas pela fé, em nome dos valores evangélicos, em nome da liberdade de expressão e organização, começaram a somar forças para resistir. Sem abandonar as conquistas já obtidas em favor dos moradores, começavam a se organizar também politicamente contra o regime participando de ações públicas na defesa das liberdades democráticas que nos eram negadas.

Em consequência, todas as nossas atividades passaram a ser vigiadas: celebrações, homílias, tentativa de espionagem nas nossas reuniões do grupo, festas, encontros de formação, etc.

Em meados de 1969, mais ou menos, o DOPS começou a perseguição ostensiva no Zaira e nos movimentos pastorais populares promovidos pela Igreja.

Num belo dia, quando presidia uma assembleia paroquial, fui avisado de que os militares haviam prendido Monsenhor Antunes, pároco da Catedral de Santo André e Pe. Rubens Chassereaux, pároco de Nossa Senhora das Dores, na Vila Palmares, alarmando os paroquianos. Era também avisado por Dom Jorge que estavam a caminho do Zaira para me buscar.

Com o telefone censurado era arriscado fazer uso dele. O bispo, no entanto, não teve outro meio de me avisar. Viajei imediatamente para Cianorte, PR, para buscar algumas orientações jurídicas com meu irmão Benedito, advogado.

Fiquei alguns dias com ele, aflito por não ter notícias dos meus companheiros do Zaira por causa da censura que tornava perigosa qualquer comunicação.

Depois que voltei, nasceu e amadureceu a ideia de morar no interior. No segundo semestre de 1969, isso se concretizou. Deixei a paróquia doente, esgotado e precisando de uma reciclagem na minha vida de padre.

Pensei em formar uma equipe de 03 padres em Mococa, SP. Infelizmente isso não deu certo e 02 meses depois era nomeado pároco de Altinópolis, SP, diocese de Ribeirão Preto. Eram alguns dias após 07 de setembro.

A pequena cidade, sobretudo os paroquianos estavam agitados, porque um padre passou por lá, celebrou duas ou 03 missas e seu sermão foi considerado subversivo e uma devota o denunciou. O padre acabou preso.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

265

De imediato organizei um abaixo assinado em defesa do padre, em que pessoas influentes da cidade que estiveram em alguma das missas, o inocentavam.

Também nos dias da minha chegada em Altinópolis, o clero em peso da Diocese de Ribeirão Preto excomungou o delegado da cidade por ter prendido 02 padres que atuavam na Pastoral da Terra, na zona rural. Eu fui um dos signatários de tal documento.

Evidentemente a perseguição dos militares, via DOPS, se estendeu por todo ABC. Muitas prisões de líderes sindicais, estudantes e populares. Mauá e especialmente o Jardim Zaira, bairro e paróquia tiveram presos seus líderes.

Da paróquia e bairro foram presos 20 pessoas aproximadamente. Sofreram diversos tipos de tortura, e uma, o Raimundo, foi assassinado. Um tempo de terror.

As pessoas simples tinham medo de repressão a qualquer atividade da paróquia. Sob o ponto de vista pastoral a paróquia se tornou um terreno perigoso, minado.

Pároco em Altinópolis corria por lá boato, vindo de São Paulo, que me transferira para lá com intenção de formar lideranças na zona rural. Na verdade nada entendia do assunto. Mas, numa tarde do início de 1971, parece-me, o Delegado Regional de Ribeirão Preto me chamou e transmitiu uma ordem: devia comparecer no DOPS de São Paulo em data e hora marcadas. Meu nome constava em todos os depoimentos dos que foram chamados antes.

O inquérito sobre eles terminara e deixava clara minha participação em suas atividades "subversivas". Minha convocação era esperada dada a importância da paróquia em quase todas as ações de resistência à ditadura.

Não me lembro ao certo quantas vezes compareci ao DOPS. Tinha que suportar um cansativo interrogatório que se estendia das 12 às 18 horas. Na minha frente, repetindo as mesmas perguntas os inquisidores se revezavam.

Eu sempre me fazia acompanhado do Padre Orozimbo Dias Miranda, colega e amigo desde infância, que assistia a JEC (Juventude Estudantil Católica). Dom Paulo Evaristo acompanhava tudo e mantinha-se informado pela advogada Dra. Zélia Machado.

A rotina das acusações repetidas, as mesmas perguntas, as inúmeras fotos, sobretudo as do 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em que foi incendiado o palanque em que discursaria o governador Abreu Sodré. Protegido por Dom Jorge, Sodré conseguiu fugir pela catedral saindo pelos fundos.

As lideranças do Ato da Sé não apoiavam esse ato de vandalismo que só poderia aproveitar à repressão. O fato é que as 10.000 pessoas que estavam na Sé voltaram às costas para o palanque oficial e fizeram seu ato junto ao monumento de José de Anchieta.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

256
py

Dali, seguimos de forma organizada em fileiras de braços entrelaçados que ocupavam toda largura das Avenidas São João e Ipiranga até chegar a Praça da República.

Pude ver inúmeras fotos da manifestação da Sé, feitas do alto dos edifícios que cercavam a Praça. Ampliadas, tais fotos mostravam claramente a mim e muitas pessoas da Paróquia. Nenhuma delas aparecia em ato provocativo.

Muitas eram fotos que interessavam aos agentes: provavelmente eram de pessoas já presas ou procuradas, que eu não conhecia. Retomando nossa caminhada, encerramos o ato em torno do coreto da Praça da República, onde houve alguns discursos de repúdio à ditadura. José Nanci liderou este momento.

No interrogatório a tônica era a acusação à ala progressista da Igreja que acusavam de subversão comunista. Assim Dom Jorge e os padres presos ou interrogados eram chamados de comunistas infiltrados no clero.

Ajudar na formação de uma consciência de liberdade, de justiça, de vida digna era crime a ser punido. Frequentemente eu era ameaçado de tortura.

Sabiam que as 03 cirurgias no rim direito certamente não suportariam tortura. Mas, se eu "não colaborasse", o famoso e temível torturador Fleury estava sempre disposto para o serviço. Também faziam chantagem com a idade e saúde precária da minha mãe. Diziam: "Sua mãe já sofreu dois AVC's. Se souber que você se meteu nessa encrenca, ela morrerá num terceiro".

Esgotadas todas as perguntas deram-me umas folhas em branco para eu descrever minha atuação em Mauá. Foi nesta ocasião que fui acareado com José Nanci que insisti ser um paroquiano da Catedral de Santo André e que me ajudava na formação de lideranças. Nesta ocasião fiquei chocado com seu estado físico. Tinha o rosto desfigurado, todo ferido de golpes, com marcas de sangue e hematomas.

A seguir puseram-me num elevador e fui levado para um lugar lúgubre. Quando abriu a porta, dei de cara com as celas de carceragem, por cujas pequenas aberturas via rostos com olhares curiosos para identificar um possível companheiro que chegava. Fui tomado por uma dolorosa angústia e pensava: "É agora que ficarei preso".

Mas não era a prisão. Ao lado havia uma sala com apetrechos para receber a impressão das duas mãos abertas e de cada um dos 10 dedos. Imprimi várias cópias que seriam enviadas para diversos órgãos de inteligência. O curioso era notar a mesa do funcionário que fazia o serviço: sobre ela e a parede estavam pregados santinhos de Santa Teresinha, São Miguel, São Jorge, Anjo da Guarda e outros.

Limpas as mãos e dedos, o último ato: a foto com o devido número pregado no peito. Terminada a cerimônia mais uma vez pensei: "Agora é cela!", não foi.

Para minha surpresa e momentâneo alívio, colocaram-me de novo no elevador e voltei à sala do inquisidor. Ele me disse: "Da minha parte terminei. Agora depende do

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

*Set
1958*

tribunal". E acrescentou com sarcasmo: "Você crê em Jesus Cristo, não é? Ele vai libertá-lo".

Não fui mais chamado para nada. Sobrou a amargura pela morte de Raimundo, a dor e humilhação de muitos amigos torturados, o horror que fica gravado na memória e no inconsciente.

Naquele tempo a juventude e também experientes líderes de todos os organismos atuantes na sociedade brigavam pela liberdade. Também boa parcela da Igreja soube exercer o profetismo. Queríamos um povo mais feliz e humano.

Lutávamos com armas da fé, da esperança e desejo de um mundo sem exploração e violência que sufocam os sonhos e calam as vozes de alegria. Que a Igreja jamais se esqueça na sua ação profética que "a glória de Deus é o homem realizado".

E tenho dito".

→ Senhor HÉLIO JERÔMINO DA SILVA – Perseguido pela Ditadura Militar e preso político.

"Muito obrigado. Então, eu falo para vocês o seguinte: por volta de 1969 quando houve o Ato 5, nós tínhamos uma luta muito importante nos bairros, tanto no Jardim Zaira, como em outros bairros de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo, etc.

O Padre Praxedes narrou aqui com uma grande veemência e uma grande importância a história daquela época.

Além de nós sermos perseguidos pelos movimentos que nós sentíamos no Jardim Zaira, através de reivindicações do bairro, que na época era difícil... Por que era difícil?

É como o Padre acabou de falar, não existia asfalto, não existia água encanada, não existia luz, não existia nada disso.

Só existia o quê? Barro e bastante pó! Quando não tinha o barro, era o pó!

Condução não tinha! Era muito pouca condução! Era um ônibus de cada hora em hora!

Então, tinha que ter que fazer alguma coisa! Alguém tinha que fazer alguma coisa!

Tinha que lutar pelos seus direitos!

Aliás, nós pagávamos impostos naquela época, não pagávamos para a Prefeitura, mas pagávamos pelo latifúndio, que era o Dr. Chafic, que era o dono do Zaira. Por isso se chamava fazenda Zaira, nessa época em que eu fui pra lá 1958.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

368
MS

Bom, aí começou a surgir a luta de classe, a luta por reivindicação e nesse meio existiam várias pessoas que começaram esse movimento. Um era o Raimundo Eduardo da Silva, o Olivier Negri, que está presente aqui, a Julia, que está aqui, a Gilda e daí por diante nós começamos a batalhar.

Eu pertencia na época, praticamente, ao Partido Comunista, certo? Também para lutar por uma causa justa. Até hoje eu me sinto culpado, porque naquela época, quando eu cheguei, quando nós começamos o movimento, começamos com o Olivier Negri pai, com Sr. João e outros que me falham a memória aqui.

Começamos a brigar. Daí foi criada, através dos movimentos, a ação popular.

Essa ação popular veio, porque a gente não podia falar muito do Partido Comunista. Tinha que criar outro órgão. Que outro órgão?

A ação popular, que era a luta pelos direitos dos trabalhadores e da comunidade.

Bom, por que veio a repressão um pouco mais? Por que o nosso pessoal foi perseguido?

Porque já começou na época, o AI-5 foi decretado pelo Governo Federal da época e começou a perseguição.

O primeiro a ser preso lá no Jardim Zaira foi o Olivier Negri Filho. Depois foi a companheira, depois veio o Gil, a Júlia, a Gilda e outras pessoas.

Mas eles achavam que o peixe maior que tinha no Jardim Zaira era o Raimundo Eduardo da Silva, que é o meu irmão.

Então, começaram a perseguição, até que conseguiram pegar o Raimundo. Levaram o Raimundo para o DOI CODI, Estado de São Paulo e chegou lá, ele foi preso no dia 23 de dezembro de 1970 e apareceu morto no dia 04 de janeiro de 1971, isso quer dizer que foi praticamente 09 ou 10 dias que prenderam ele, mataram ele e enterraram ele em Guaianazes como indigente.

Daí nós corremos pra cá, corremos pra lá e tal e nós fomos também muito perseguidos. A nossa família, de 1971 até 1979, foi perseguida.

Fui preso também, algemado, saindo da Volkswagen, para a seccional de São Bernardo. Fiquei lá 02 dias preso.

Mas tinha uma senhora, chamada Dona Teresinha, que era assistente social, ela compareceu lá na seccional de São Bernardo e fez uma força tremenda para que eu fosse libertado.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

269
Mg

Não constava algumas irregularidades dentro da empresa e, sim, talvez onde eu morava. Eu participava também dos movimentos. E aí foi indo.

Então, eu só queria dizer para vocês que hoje existem muitos trabalhos, muita luta na continuidade daquela luta em que nós estivemos e ainda existe hoje, ou seja, muitos trabalhadores fazendo greve, os movimentos sociais ainda existem e a todos esses movimentos eu dou os parabéns, porque a luta nunca pode parar. Ela sempre tem que continuar.

Os jovens que estão aqui presentes, as outras pessoas que estão aqui presentes... Quando uma pessoa fizer uma greve, se ela fizer greve, tanto faz o motorista, como o trabalhador de fábrica e tudo, eles estão certos, porque eles estão brigando pelos seus direitos.

Às vezes muita gente fala: "Nossa, não tem condição, não tem isso". Está certo!

Mas alguém tem que fazer alguma coisa, porque se não for a greve, o patrão não vai lhe valorizar.

Pode até ser que um será dispensado, mas os companheiros devem falar: "Foi dispensado? Foi. Nós vamos lhe arrumar um serviço em outro lugar".

Mas não esqueçam que a luta é sempre daquele pessoal mais humilde, que somos todos nós que estamos aqui. Muito obrigado, gente."

→ Senhor LUIZ SOARES DA CRUZ – Perseguido pela Ditadura Militar e Candidato a Prefeito de Mauá no ano de 1982.

"Boa noite a todos. Eu que agradeço ao convite. Antes de mais nada, para mim é uma honra, é um prazer estar aqui para falar um pouco da minha experiência que não é tão grande, a experiência que eu tive na ditadura não é tão grande quanto a dos companheiros que me antecederam, mas também teve marcas do que foi a ditadura no nosso país.

Vou centrar, digamos assim, nas ações mais diretas, porque acho que o tempo que nós temos aqui é o que vai permitir que a gente fale um pouco.

Embora a minha atuação enquanto cidadão, enquanto trabalhador, sempre foi na perspectiva da democracia, na perspectiva da participação popular e a minha ação teve duas áreas, tanto do movimento popular, como do movimento sindical, porque como já foi falado aqui pelo Padre Praxedes, a cidade de Mauá é uma cidade eminentemente operária, formada por pessoas que vieram do interior, pessoas que vieram assim do campo, que trabalhavam na roça.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

210
M

Os meus pais eram da roça, do interior e deixaram todo aquele trabalho do plantio para trabalhar nas empresas, na construção civil, enfim.

E daí eu nasci aqui em 55 e a minha formação foi uma formação também católica na perspectiva cristã e com o desenvolvimento, com o crescimento que cada um de nós temos, cada um tem as influências, recebe as influências. Todos nós interagimos e nos influenciamos uns aos outros.

Nesse processo, além da igreja, pela escola, eu lembro que quando eu estudava no colégio estadual Visconde de Mauá, o famoso Viscondão – o pessoal mais antigo aqui sabe, acho que hoje é o Theresinha Sartori, né? O Professor Theresinha Sartori – então, nesse colégio davam aula grandes professores, daí a grande importância na educação, a qual nós temos que destacar, que informavam os alunos e formavam os alunos na perspectiva diferente que era entender o que estava acontecendo naquela época.

E nós, na medida em que éramos adolescentes, estávamos com os nossos 14, 15, 16 anos, começávamos a ter consciência do que era o país em que nós vivíamos, do que era o Estado e como é que esse Estado era administrado.

Então, foi naquele momento, naquele período dos anos 70 que nós já começamos a ter uma participação. Lembro muito bem, não sei se tem aqui alguém que participou, mas logo nos anos 70, 71, foi criado um grupo de teatro chamado Grupo de Teatro da Comunidade, que era o TECO, formado por jovens. E esse grupo de teatro, eu cheguei a participar dele, não desde o começo, porque eu entrei depois no grupo, mas foi um grupo que também se organizava, discutia a realidade em que nós vivíamos e tinha uma atuação aqui na comunidade.

Enfim, foi a partir daí que eu comecei a minha atuação e a ter certa consciência do que estava acontecendo, uma formação mais materialista, que a gente chamava materialista dialética, onde a gente tentava entender a sociedade a partir do modo de produção, como as coisas eram geradas, produzidas e apropriadas pelas pessoas, enfim, e a grande exploração que existia.

O meu primeiro emprego eu lembro que foi numa empresa aqui no Sertãozinho, a Rarven Rubber, que eu acho que não existe mais, aliás, não existe mais. Lá não foi o meu primeiro emprego, foi em 73 e a gente já começou a discutir, porque eu trabalhava numa área em que eu sabia o preço da matéria prima e sabia o valor dos salários. Então, eu comecei a divulgar isso lá para os companheiros.

Naquela época dificilmente tinha uma mulher na produção, mas tinham muitos homens e a gente divulgava isso lá, então, gerou toda uma efervescência e como eu já tinha

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

371
M

uma consciência do que era a repressão, a ação da ditadura, eu acabei saindo da empresa, eu fiquei lá só 06 meses.

Aí passei a trabalhar na Santa Marina, fábrica de vidro, todo mundo conhece, tem até hoje e na fábrica de vidro já me sindicalizei no Sindicato dos Vidreiros, ficava lá em São Paulo, no Brás, acho que ainda está lá a sede, e a partir dos vidreiros... Eu fiquei 05 anos na Santa Marina, depois a fábrica fechou, voltou a funcionar, eu voltei a trabalhar lá e comecei a ter uma participação sindical assim inicial, sem saber muito bem o que era o sindicato, até que surgiu o movimento grevista de 78 lá em São Bernardo e isso me chamou muito a atenção, porque: "Poxa vida, olha os trabalhadores estão se organizando, estão lutando, estão indo a luta e é tudo que nós queremos". Nós queremos fazer frente a esse Estado que está aí.

Já vínhamos atuando aqui na cidade de Mauá através de alguns organismos que nós criamos aqui a partir de uma ação cultural junto às paróquias.

Nós tínhamos uma atuação aqui junto à Paróquia São Pedro que ficava aqui na Vila Guarani, fica na Vila Guarani e que envolvia também os bairros Jardim Mauá, Vila São João e Itapeva, que eram esses bairros que estavam dentro, vinculados à Paróquia São Pedro da Vila Guarani.

Nesse momento, o que aconteceu? A gente fazia um trabalho, foi naquele período ainda onde começaram a surgir as comunidades eclesiais de base, através da igreja.

Então, a partir de Dom Pedro Casaldàliga, dos escritos dele, depois nós começamos... Eu não me lembro exatamente agora em que ano foi que teve a Conferência de Puebla – acho que o Padre com certeza se lembra disso – e nós trabalhávamos nessa perspectiva.

Mesmo durante a essa fase da ditadura a gente conseguia fazer uns trabalhos na comunidade, só que aqueles trabalhos assim muito sutis, muito com cuidado, para que não aparecessem as lideranças e que também nós não ficássemos expostos.

Então, foi um trabalho assim bem de formiguinha que a gente desenvolveu junto às comunidades formando grupo. A gente chamava de evangelização, momentos de conscientização, de politização, nós chamávamos também assim.

Nós já adotávamos uma metodologia do Paulo Freire, que já começava a surgir, lá do MOBREAL ainda, que a gente já participava como educadores populares e trabalhava nessa perspectiva.

Ainda na igreja nós trabalhamos também com um texto de São Thiago que falava muito de fé e ação.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S. P.

312
110

Nesse sentido, no que nós queríamos incentivar as pessoas da comunidade?

Nós queríamos incentivar as pessoas a agir, a participar, a reivindicar os seus direitos e entender o que estava acontecendo naquele momento.

Enfim, nós criamos, aliás, criamos, não, nós participamos – eu sempre fui assim participante, embora a gente saiba que cada um tem o seu papel, mas entendemos que todos nós temos importância igual – nós criamos então, naquele período de 76, o círculo cultural caetés, que não sei se o pessoal tem registro, mas inclusive eu tenho ainda o estatuto da entidade comigo.

Tinha todo um pessoal junto com a gente que, enfim, hoje infelizmente não tenho contato mais.

Um deles eu fiquei sabendo que faleceu recentemente em 2012 e coordenava realmente o grupo e tal.

Então, a gente trabalhava com o teatro popular que era um teatro baseado no Augusto Boal, fazíamos teatro em casa, em que todos nós usávamos macacões e caixotes de feira.

Então, a gente fazia o nosso palco de caixotes de feira. Nós atuávamos nesse formato.

Tínhamos atividade com crianças, que era também um teatrinho que a gente fazia com elas para desenvolver a estimulação, para que as crianças tivessem mais facilidade de se expressar e se socializar.

Em 79 ainda a gente atuou junto no movimento de saúde aqui na cidade, por mais postos de saúde. Lembro que foi uma luta bastante interessante.

É claro, assim, que todos os movimentos, não eram movimentos... Foram movimentos que eu participei junto com outras organizações, com igrejas, com sociedades de amigos de bairros, enfim, porque Mauá sempre foi assim efervescente na participação dos movimentos.

Até esse momento eu tinha uma atuação na cidade mais nos movimentos populares e ao mesmo tempo começava a ação sindical.

E acabei, no caso, saindo da Santa Marina em 78 e foi trabalhar na Mercedes Benz em São Bernardo do Campo. Logo em 78 teve o 3º Congresso dos Metalúrgicos que eu participei e comecei a ter uma ação sindical já ativa e foi a partir da ação sindical que começou, digamos assim, o monitoramento da ditadura em relação à minha pessoa.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

É claro que eu não cheguei a ser preso, mas faltou pouco. Então, tinha a participação no sindicato, a gente não tinha lá muito tempo para ficar em casa, era pouco tempo para dormir.

Era um tempo onde as pessoas não podiam circular a vontade pela cidade, qualquer pessoa que ficasse perambulando, logo havia um policial para perguntar, para pedir documento e saber por que aquela pessoa estava andando assim à vontade nas ruas. Não podia formar grupos para conversar.

Inclusive um fato interessante é que muitos trabalhadores às vezes estavam sem documento e então o que eles faziam? Mostravam as mãos.

Assim ó: "Vê se isso aqui é mão de vagabundo?", "Olha as mãos aqui cheias de calos", onde representava que eram trabalhadores braçais que estavam ali na labuta e que tinha o direito de circular, sim, à vontade pela cidade.

Então, na atuação sindical, eu participei das diversas greves em... Em 78 não, porque eu não estava lá ainda, mas em 79 já fui da comissão de mobilização, em 80 do comando de greve, da comissão de mobilização e do comando de greve.

Foi um período em que tiveram as chamadas listas negras.

Acho que todo mundo já ouviu falar, o pessoal que está aqui, os estudantes, os demais colegas.

Só para vocês terem ideia, eu trouxe só uma folha... Infelizmente não vai dar para vocês verem, mas, enfim, eu tenho a cópia e depois possa disponibilizar.

Mas, assim, era uma lista onde vinha a relação das empresas, ou seja, uma coluna com as empresas, os nomes dos trabalhadores e os endereços dos trabalhadores, o local de moradia. O que aconteceu?

Nessa mesma lista – inclusive nós estamos fazendo um trabalho acadêmico em cima dessa lista – tinha uma anotação à mão, onde tem o setor onde a gente trabalhava, com alguns detalhes.

Então, a gente tem assim uma indicação de que as empresas tiveram participação efetiva em colaboração com a ditadura.

Então, a gente tem esse tipo de documento.

Enfim, ao mesmo tempo em que está tendo essa efervescência no movimento sindical, no movimento popular, a gente participou das discussões iniciais ainda da necessidade de se ter um partido dos trabalhadores, que era uma discussão que se fazia na época, onde a gente pensava na transformação da sociedade, na sociedade socialista, onde se



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

pensava numa virada do que estava acontecendo, se pensava na abertura política de se discutir a questão da anistia ampla, geral e irrestrita. Eram as nossas bandeiras de luta.

Então, a gente trabalhava nessa perspectiva de construir um partido amplo, democrático, de massas, onde todos pudessem participar e estar representado.

Teve a constituição do partido, eu fui um dos dirigentes do partido.

Em 82, na primeira eleição que nós tivemos, direta, nós saímos. Eu fui um dos candidatos a Prefeito pelo partido.

Mauá, naquela época, teve 14 candidatos, tinha sub-legenda. Era muito disputado, muito corrido, foi uma eleição muito polêmica, particularmente dentro do Partido dos Trabalhadores, mas, enfim, isso é outra história que a gente tem que contar em outro momento, em outro local também.

Paralelo a essa questão do partido e o partido também era um partido envolvido com os movimentos, nós também participamos da organização do movimento de transporte, que era um movimento que não era só de Mauá, mas era um movimento que tinha na região, em Santo André, em São Bernardo.

Era um movimento muito organizado em que nós discutíamos a partir de dados, não era só por que nós queríamos a redução do preço das passagens.

Esse era um motivo, mas por que nós queríamos a redução do preço das passagens? Porque o aumento que se praticava era abusivo.

Vamos fazer simbolicamente hoje, nós tínhamos uma passagem que ia de 50 para 60, aumentava 20% do preço das passagens e os salários dos trabalhadores não seguiam na mesma proporção.

Então, a gente tinha que pensar e atuar de uma forma onde você tentasse no mínimo impedir esse aumento abusivo.

Enfim, como eu falei, aí nós discutíamos a partir de dados. Como é que nós fazíamos esses dados?

Era com a participação das pessoas, dos integrantes do movimento.

Então, nós discutíamos assim: "Vamos pegar lá na catraca do ônibus o que está marcando lá no início e no final do dia", porque aí você tem o número de passageiros que circula pelo ônibus.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

Se eu tenho o número de passageiros e tenho a quilômetragem, eu faço a conta, eu sei quanto o índice de passageiros por quilômetros. Se eu sei o índice de passageiros por quilômetros, eu consigo chegar no preço da passagem.

Enfim, é claro que têm os outros componentes, o gasto do ônibus, o pneu, o combustível, enfim, tem uma série de outros cálculos lá e tinha um pessoal que nos assessorava nisso, que era um pessoal de Santo André, que já estava atuando e que tinha um movimento de transporte um pouco mais avançado, digamos, enquanto levantamento de dados. O que aconteceu?

A gente tentou várias vezes um contato com a Prefeitura, no caso com o Prefeito da época e das tentativas que eram, para nós, definitivas, nós não fomos atendidos, que foi no dia 30 de novembro de 82. É isso, não é, Diva?

A Diva (Diva Alves – ex-vereadora de Mauá) participou! Ela estava com a gente! Enfim, em 82 nós fizemos esse movimento.

Tentamos, como nós não tivemos um atendimento pelo Prefeito, dentro do que nós gostaríamos que fôssemos atendidos e respeitados, nós saímos em passeata até a rodoviária, que era do lado do jardim, que hoje já não tem mais o jardim, tem uma parte dele só.

Nós saímos em passeata da Prefeitura que já era aqui até lá. Chegando lá qual era a nossa disposição, a nossa proposta, era de que as pessoas não pagassem a passagem, para pressionar, para que houvesse uma conversa, para que pudesse reduzir o preço da passagem.

Aí, do nada um policial atira pra cima e aí cria-se todo um tumulto e a gente perde o controle do movimento, que ficou uma correria, enfim, foi generalizada a violência e eu tive uma perna fraturada, um olho quase furado.

O policial tentou me pegar, eu tive que segurar e foi assim que aconteceu.

Mas posteriormente a isso... Tudo isso, gente, eu estou falando do movimento, mas isso tem documento no DOPS, está lá registrado tudo que aconteceu, falando que eu liderava o movimento, enfim, conta todos os detalhes de como é que saímos em passeata, do que aconteceu na praça e tudo mais.

Tanto isso que estou falando, que teve monitoramento do DOPS que estava atrás da gente.

Mesmo assim quando quebraram a minha perna, me jogaram dentro de um camburão e aí eles batiam a porta, o camburão já estava lotado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

376
mg

Tinha o camburão naquela época que era aquela Veraneio, tipo um... Enfim, era um carro grande, né! E já estava lotado de pessoas, então jogavam a gente em cima dos outros, batia porta em cima e a minha perna já era um L, né!

Aí um policial mais calminho me pôs no fusquinha e me levou para o pronto socorro que era aqui em cima. Eu acho que é no mesmo local ainda, o pronto socorro central.

Eu não sei como é hoje aqui em Mauá. Hoje eu já não moro mais aqui.

Nesse momento foi um policial lá do meu lado, que estava no pronto socorro, já tinha sido atendido, no primeiro atendimento, ele foi lá e tacou o dedo na minha cara. Ele falou assim: "Olha, quando você sair daqui, pode se preparar".

Passou esse momento, eu fiquei bastante tempo engessado, mas posteriormente a isso, em 83, ainda assim tive que depor em função do movimento.

Fui intimado pela polícia, só que foi muito estranho, eu fui fazer o meu depoimento no Corpo de Bombeiros, não foi na Delegacia de Polícia. Foram com militares, não foi na delegacia comum.

Foi interessante. É claro que fui, chamei o pessoal e aí a gente já começou a ter articulação política partidária aqui pelo Partido dos Trabalhadores. Teve um Deputado em São Paulo que nos apoiou e colocou um Advogado à disposição, que foi junto comigo lá, para esse depoimento, porque se a gente tivesse ido sozinho, talvez eu não estivesse contando a história aqui hoje.

Então, tem alguns registros lá no DOPS e também pelo arquivo nacional, que a gente encontra com esses fatos. São fatos que ocorreram.

Me cita também pelo centro cultural união que era outra entidade que existia aqui em Mauá, na Vila São João, e que teve uma feira de cultura operária popular promovida pelo sindicato de Santo André, da associação, enfim, era o fundo de greve de Santo André que também tinha lá, que promovia essa feira e o centro cultural união participou.

Eu tinha uma participação assim, enquanto dirigente, mas efetivamente já não estava mais participando do centro cultural união, mas também estava constando lá no DOPS essa minha participação. Paralelo a isso, o que aconteceu?

Eu mencionei a vocês que em 82 fui candidato a Prefeito.

Uma das matérias... Ainda antes de formalizar a candidatura, saiu uma matéria no Diário do Grande ABC, onde falava das disputas internas do partido, da questão da sub-legenda, que um grupo favorável e outro contrário, enfim, tinha uma disputa.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

311
M

Então, saiu uma matéria no jornal falando isso.

Na época eu trabalhava na Motores Rolls Royce, em São Bernardo do Campo. No dia seguinte à matéria, eu fui demitido.

Então, conclusão, mais uma questão política que tem a participação da empresa, ou melhor, tem a participação. É trabalhador, você é trabalhador não tem direito a participar da política – é isso! – não tem direito a se organizar, não tem direito a ter uma atuação consciente, de cidadania.

Então, eu fiquei desempregado desde junho de 82 e anteriormente já tinha ficado desempregado na Mercedes Benz, logo após a greve de 80 também fiquei desempregado e estava lá na lista negra, por conta da participação enquanto trabalhador, participação sindical.

Aí segue a minha atuação na associação, no centro cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que também está registrado no DOPS e é interessante.

Eu só vou mostrar para vocês, ler para vocês como é que eles tinham o controle. Eles tinham o nome das pessoas, uma qualificação básica e o que tinha feito.

Eu, como eles não tinham muita coisa, eles colocaram o seguinte: a minha qualificação, Luiz Soares da Cruz, filho de Virgílio Soares da Cruz e Cacilda Mendes da Cruz, meu RG 7171001, integrante da comissão de mobilização do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na greve do ABC 80.

Enfim, eles tinham isso de todas as pessoas e quanto mais informações, colocavam mais dados, se era diretor de sindicatos, se tinha participado de outras greves, tinha uma relação de informações aqui do movimento em Mauá, do transporte, - liderava a manifestação Luiz Soares da Cruz, ex-candidato a prefeito de Mauá, pelo PT, e ainda o Padre Ângelo Belasco, Vigário da Paróquia do Jardim Zaira, Mauá, São Paulo.

Então, eram estas questões que eu acho que representam como é que a ditadura agia em tema assim, não só da repressão direta da violência, da prisão, da tortura, do assassinato das pessoas que lutavam contra a ditadura.

Mas também tinha o monitoramento dos trabalhadores em função muito do capital, da forma como a sociedade nossa está estruturada, da manutenção da cidade capitalista, tal qual ela é.

Feito isso, eu acho, deixa eu ver, candidatura a prefeito, eu acho que foram basicamente estas ações, gente, acho que só para ilustrar, o que foi o espelho da ditadura.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

318
my

Para encerrar, quero fazer um convite a vocês, hoje eu participo de uma Entidade, associação dos metalúrgicos anistiados do ABC, "AMA A". A "AMA A", vai estar realizando agora nos dias 28 e 29 de agosto, lá em São Bernardo, um seminário justamente para discutir a questão da própria Entidade, o que vai fazer daqui para frente, as perspectivas. É um seminário aberto.

Quero convidar a todos vocês para participarem, vou deixar os convites com a Comissão da Verdade da Câmara de Mauá, município de Mauá, toda discussão é dentro de um lema e perspectivas de direitos humanos, memórias, verdades, justiça e reparação, que é a luta que desenvolvemos enquanto direitos humanos aqui na região e no país, que é uma luta que não é só nossa.

Então, vou deixar aqui os convites, os cartazes, agradeço mais uma vez o convite e a paciência de vocês por me ouvirem. Muito obrigado."

➔ A Senhora DIVA ALVES – Ex-vereadora de Mauá

"Boa noite a todos e a todas.

Quero parabenizar uma pessoa que admiro muito que é a Raquel, professora da FAMA.

Ela está fazendo um excelente trabalho na faculdade, é a importância dos alunos conhecerem a história de Mauá. Já estive com você na FAMA e sei do seu trabalho. Parabéns a todos vocês.

Iniciei a minha militância na década de 70, 71, com a vinda do Padre José Muhon. Moro no Parque das Américas desde 68 e quando foi em 70 para 71, o Padre José chegou no Parque das Américas, ele era Padre não só da Igreja do Parque das Américas, mas também do São Apóstolo do Zaira.

Era um bairro que não tinha nenhuma infraestrutura, água, luz, nada, apenas poço e toda uma dificuldade. Quando nós iniciamos, não tínhamos igreja, as celebrações eram feitas no grupo escolar Maria Helena Colônia.

Em contato com ele, ele passou a visitar as casas, ele percebeu a preocupação das mulheres, das dificuldades que nós tínhamos. Temos filhos, a falta de escolas, não temos Posto de Saúde, daí muitas reclamações.

Ele falou da Associação das Donas de Casa de Santa Terezinha, ela nasceu em 1963 e foi registrada em 66, como entidade filantrópica. Naquela época eles estavam muito mais adiantados que nós, porque nós não sabíamos o que era uma ditadura militar.

Mas ele falou desta entidade, e ele apresentou ao nosso bairro e nos apresentou algumas mulheres de lá.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

379
M

No início nós falamos: "Como vamos poder ajudar o bairro, não temos dinheiro e nem sabemos por onde começar". Essas mulheres tinham toda uma discussão e a associação era amizade, o objetivo dela era amizade, a formação e ação.

Foi quando começamos a ter outra visão de mundo, não só de limpar a casa, claro, a preocupação com os filhos, família e o alto custo de vida, mas o lugar que nós morávamos, toda esta dificuldade, então, a associação nunca foi de muitas mulheres, quando nós iniciamos – é uma pena que não esteja a Celcina, foi a companheira, dona Esmeraldina que já faleceu, a dona Ana de Souza, que teve uma história muito importante.

Porque a dona Ana, a gente percebia que ela tinha um certo receio de participar das reuniões que aconteciam nas casas, no início as mulheres de Santa Terezinha vinham para nos acompanhar.

A dona Ana tinha uma história que ela morou em uma fazenda próxima de Tupã, que ela sempre contava isso para a gente, e é importante que vocês saibam.

Ela era do Partido Comunista, tinha reunião na casa dela e esta reunião foi denunciada. Então, a polícia chegou de repente na casa e muitos companheiros foram mortos, o marido dela conseguiu fugir, ela e a filha ficaram e muitos companheiros foram mortos e os corpos foram colocados em uma carroça e deram sumiço.

Ela ficou também presa, sofreu torturas, chute de polícia. Ela sempre falava que sentia uma dor, no jeito simples dela dizer, aqui no estômago, na boca do estômago, era da bota da polícia. Na delegacia tinha um macaco, e como ela estava com a menina, ela tinha medo e a filha dela também, sofriam tortura por medo do animal.

Eu coloco isto para que todos saibam que tem uma creche com o nome de Ana Augusta.

Ela não sabia ler e nem escrever, mas tinha uma visão muito importante da importância da reforma agrária, tanto é que no congresso de 1982, primeiro congresso da mulher paulista, ela foi uma das mais aplaudidas quando fez a sua fala.

Voltando para Mauá, nós começamos a fazer reuniões e abaixo-assinados, para que a gente pudesse ter água, luz, esgoto, a partir destes abaixo-assinados, principalmente a rodovia que passa Mauá, Ribeirão Pires, ali a proposta era ter uma estação, e antes tinha uma parada 48, não era uma estação, mas as pessoas desciam, e conforme foi o loteamento no Parque das Américas, então, já não parava mais o trem na antiga parada 48.

Nós começamos uma luta muito árdua para que viesse a estação de trem, mas até aí passamos por vários encontros, o Padre Mahom nos levava muito nos encontros em Santa Terezinha, lá tinha um cinema e não me lembro do nome, onde com outras

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

380
M

peessoas nós discutimos o que estava acontecendo no país, e aí começamos a tomar consciência do que é uma ditadura militar.

Ao mesmo tempo também em reuniões em São Paulo, tivemos muitas palestras, Frei Beto, Frei Gorgulho, lembro bem do Frei Gorgulho, ele dizia o seguinte: que a besta fera antigamente, na bíblia fala que ela tem 07 chifres, que eram as 07 colunas do império romano, que realmente explorava aquele povo com altos impostos e tiravam o direito que eles tinham e que a besta fera no Brasil, tinha 03 chifres que eram os 03 poderes, que eram o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E assim outras questões que ele colocava, do evangelho na nossa vida e na situação que estávamos vivendo, e como é que nós tínhamos, íamos tomando esta consciência. Padre Mahom nos trazia jornal, principalmente o São Paulo e sabíamos também o que havia pelo país, as mortes no campo, o que acontecia no país sobre a luta pela reforma agrária e tínhamos que, como dever do cristão é comungar com o sofrimento do povo.

Em Mauá a nossa luta era muito árdua. Tinha nós do Zaira, que era uma equipe, aliás, do Parque das Américas e do Zaira. Lembro dona Aparecidinha, Cecília, Lazineha, e tantas outras mais que naquela época também já lutavam naquele primeiro posto de saúde. foi uma luta muito árdua lá no Zaira e nós também no Parque da Américas.

Já que nós não podíamos nos manifestar e estava acontecendo muito no Parque das Américas, a questão da passagem onde hoje é estação Guapituba, muitos morreram ao atravessar a linha do trem, muito escuro, serração, trabalhadores morreram ali.

Também na Rua Havana, hoje rua da feira, ali havia um córrego, ali havia um mau cheiro tremendo, pelo fato de não termos esgoto, era tudo jogado ali, tivemos muitos casos de meningite, inclusive, tem uma pracinha ali na Rua Havana, que se chama Leonor Vieira, em homenagem a esta mulher que chegou a socorrer uma criança que estava com meningite. A criança conseguiu se salvar, mas ela não, pois já tinha 40 anos. Esta praça é em homenagem a ela que também participava da associação das donas de casa.

O que acontece?

Como nós não podíamos nos organizar por causa da ditadura, a questão da missa campal foi muito importante, porque o Padre José Mahom nos chamava para conversar como faríamos para poder levar este evangelho, boa notícia à população, que o evangelho não é só para rezar, que a gente teria que agir, ver, julgar e agir diante daquela situação.

Tiveram duas missas campais, uma delas foi na Rua Havana, próximo àquele córrego mal cheiroso. Durante a missa, no ofertório, houve oferta de tudo aquilo que não

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

381
Mg

tínhamos, a manilha, representando a falta de esgoto, a carteira de trabalho, representando o salário baixo do trabalhador, a panela vazia, mamadeira e também flores que representavam a esperança e a certeza de uma transformação, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após a missa um grupo de teatro em que vários jovens da época participaram e o grupo, inventaram um teatro de ratos e os maiores ratos eram da Rua Havana.

Logo após o término da missa, os trabalhadores fizeram uma enorme cruz, colocamos ali próximo ao terminal Guapituba e uma faixa com os dizeres – “O povo chora seus mortos, queremos justiça” – então o maquinista quando passava, a gente sentia, porque o apito do trem, dizíamos, tínhamos conseguido alguma coisa, mas isso também não foi fácil.

O Padre José Mahon era uma pessoa de visitar as casas, de ajudar a organizar, de ouvir o que o povo queria. Também ele teve, fizeram um abaixo-assinado que não deu em nada, porque muitos foram contra para tirar o Padre José Mahon do bairro, nesta época foi uma sociedade amigos de bairro, foi muito ruim, porque daí fomos todos contra, porque o Padre disse que ele tinha que ficar na Igreja e celebrar as missas de 7º dia. Houve conflito, mas com o tempo foi se superando isso.

A partir daí houve outros movimentos, foi em 82 para 83, como Luiz Soares, nós o chamávamos de “Lulinha”, ele esteve presente na organização para questão de abaixar o custo da passagem, porque tinha subido muito, começou em frente a Prefeitura depois para o centro onde chegou muita gente, estava uma passeata pacífica, onde tinham policiais a paisana.

Um deles pegou uma mulher pelo cabelo e deu um tiro para cima, foi o que eles queriam, o que a polícia queria para vir e tumultuar e bater nessas pessoas. Muitas pessoas foram espancadas, inclusive o Luiz Soares, acabou quebrando a perna, foi para o Hospital.

Teve outro companheiro nosso do Zaira, fortão. A polícia acabou indo para cima dele, ele acabou batendo em 05 policiais, não sei de onde ele tirou esta força, depois ele teve que fugir, ele ficou alguns dias em São Bernardo em um convento de algumas irmãs, abrigado, se ele ficasse aqui, ele iria morrer, depois ele pode retornar.

Isso foram coisas marcantes em nossas vidas.

Também os encontros que fazíamos para lá da 4ª divisão, em Ouro Fino, no sítio São Pedro, onde lá discutíamos as coisas que aconteciam pelo país, as mortes nos campos, na cidade, as torturas, porque nós mulheres fomos tomando consciência, e ao mesmo tempo que a gente saía um pouco mais para encontrar com outras pessoas.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

382
M

Na morte do Santos Dias, estivemos em frente ao Fórum, a faixa escrita – “Pai, eles sabem o que fazem” - passamos um bom tempo a pão e água, enquanto para que a morte do Santos Dias não fosse em vão, nós estávamos presentes neste momento, as mulheres de Mauá estiveram presentes.

Quero citar que porque a gente pode sair, porque eu pude ir para outros lugares, meus filhos eram pequenos, quando eu não ia. Celcina ficava com eles, eu sabia, ela falava - depois vocês trazem as informações para passar para nós - nem todas podiam ir, nem todas por questões de filho, maridos, muitas vezes meus filhos ficavam com a Celcina, inclusive minha comadre, dona Esmeraldina, sempre tinha alguém, Clarice, sempre tinha alguém para ficar dando apoio, você vai e traz apoio.

Em 1975 houve o primeiro congresso da associação das donas de casa, não era só Mauá, este tempo a associação era muito forte, não só de Santa Terezinha, como tinha no bairro João Ramalho, Parque São Jorge, enfim, outros bairros, até em Santos nós tivemos um setor, foi feito em torno de 100 mulheres, na chácara Tabor, Estrada do Pêssego, de lá saímos fortalecidas, sabíamos o que poderíamos encontrar.

Nós avançamos muito, acredito por sermos dona de casa, por fazermos reuniões nas casas, então, dava para a gente estar conscientizando as pessoas, tanto é que na greve dos metalúrgicos podemos estar saindo nas ruas juntamente com padres e outras pastorais com megafone pedindo mantimento, para a gente contribuir com os metalúrgicos para a greve, e nós dizíamos que a vitória dos metalúrgicos, era a vitória de toda a classe trabalhadora e que era importante contribuir.

Trabalhamos também no fundo de greve que primeiramente foi na Matriz e depois foi na igreja São Pedro, não posso me esquecer também do primeiro encontro da mulher mauaense, onde a Gilda Fioravante estava junto com a gente, todas as mulheres, Marlene, independentemente de Partido, fizemos um grande encontro.

Hoje onde é a FAMA, era o ginásio poliesportivo, sua mãe, várias mulheres, Helena Boiago, às vezes a gente peca, a idade vai chegando e nós não temos todos os nomes aqui, mas muitas mulheres participaram deste primeiro encontro.

Houve denúncias das mulheres que ficavam na cadeia de Mauá e que tinham que se submeter a alguns policiais, enquanto mulheres eram torturadas, não tinham direitos, inclusive, nada de higiene que para a mulher era muito pior. Eu lembro da Cida dos direitos humanos, que é do Zaira, ela visitava essas mulheres na cadeia, ela disse que as mulheres quando estavam menstruadas tinham que usar pão, porque não tinham nada para usar, nada higiênico, nem absorventes.

Foi assim que fomos denunciando as injustiças. Também foi uma época, não lembro o ano, a pastoral carcerária Benícia, fez parte junto com o Padre José Mahon, onde

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

383
MF

houve uma rebelião e vários detentos foram mortos, também tiveram que conversar com várias pessoas, irem no Fórum, enfim, todos desta Pastoral carcerária que foi muito importante nesta época onde houve esta rebelião em Mauá.

Pode ser que eu tenha esquecido muita coisa, não coloquei por ordem do ano, mas é importante que vocês saibam que as mulheres de Mauá foram muito guerreiras, são guerreiras e que vale a pena vocês conhecerem a história, porque a partir do momento que uma simples dona de casa, que veio da roça, que não sabia o que era uma ditadura militar, começou a ter consciência que não dá para parar e não dá para ver as injustiças e a gente achar que é normal, a gente tem que indignar-se.

Eu fui uma pessoa que vim do interior com 12 anos, para trabalhar em casa de família, como dona de casa. Celsa foi eleita primeira Vereadora, dona de casa; eu também. A gente passa a estudar os grandes encontros, as palestras é que vão nos abrindo os olhos, que a gente pode fazer muitas coisas para mudar este país.

Eu acredito que ao rever esta história, que as pessoas falam que valeu a pena, vale a pena. Às vezes a televisão, os meios de comunicação passam tudo como baderna os movimentos, querendo criminalizar os movimentos, muita coisa a gente tem que separar o joio do trigo, a gente tem que acreditar que existem pessoas batalhando para mudar as coisas deste país, é o que tenho para dizer. Obrigado a todos vocês.

→ A SRA. RAQUEL QUINTINO - Professora Mestre da Faculdade FAMA de Mauá –

“Boa noite a todos e todas. Eu quero agradecer o convite. Estive presente na outra audiência, que foi um momento muito importante para a nossa cidade.

Quero ressaltar a importância da Comissão da Verdade, essa iniciativa que poderia não acontecer se não houvesse compromisso, se não houvesse a comprovação da importância de a gente ressaltar o papel da nossa cidade de Mauá na construção de um país mais democrático.

Nós que somos daqui de Mauá somos frutos dessa luta, nós que somos da cidade de Mauá o tempo todo crescemos com companheiros e companheiras envolvidos na luta pela democratização.

Somos pobres, vimos de vários lugares e por isso mesmo precisamos, somos obrigados o tempo todo, a estarmos engajados, porque senão seremos mortos, porque senão seremos torturados o tempo todo como ainda continuamos sendo pela força do capital.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

384
M

O trabalho que a gente vem fazendo na Faculdade Fama é poder respeitar e dar continuidade a esse sofrimento e a essa luta que esses companheiros, que têm todo o meu respeito – Olivier, Júlia, Padre Praxedes – e tantos outros que estão mortos – Raimundo, Olavo Hansen e outros que são daqui de Mauá – e que têm a mesma importância que Vladimir Herzog e tantos outros que são tão conhecidos.

Mas nós que somos de uma cidade periférica, às vezes esquecemos de referenciar a nossa própria importância.

Então, essa é a verdade. A verdade é que a cidade de Mauá tem um papel fundamental na história do nosso país, e que nós operários e trabalhadores somos peças fundamentais para o desenvolvimento deste lugar.

Eu quero dizer também que nós que estamos aqui, meus queridos alunos e alunas, que estão descobrindo e, de certa forma, dando continuidade a essa luta. O nosso compromisso e o nosso respeito é continuar denunciando o extermínio da juventude negra, olhar para o número de mortes.

Nós temos aqui em Mauá o cemitério Santa Lidia que é um cemitério de jovens, é um cemitério em que as pessoas que estão lá são frutos e vítimas da injustiça social imposta pelo capitalismo. A ditadura do capital que foi colocada lá em 64 continua até hoje e nós temos o dever não só de denunciar, mas de combater essa ditadura em todos os momentos da nossa atuação.

Eu quero dizer a importância do trabalho que começou simples e silencioso no Jardim Zaira, que foi esse Centro de Memória. Se o Centro de Memória não tivesse articulado todas essas ações, talvez estivéssemos no esquecimento da importância que nós tivemos nesse processo de democracia no nosso país.

E quero dizer que, nós da Faculdade Fama, a nossa tentativa de contribuição é difundir a história daquilo que aconteceu e continua acontecendo. Nós estamos organizando, a partir das pesquisas que a gente vem fazendo – até de forma precária, porque o tempo ali é curto –, mas nós estamos empreendendo a construção de um site, que talvez possa vir a ser uma contribuição também tanto ao Centro de Memória, como à própria Comissão da Verdade, e que se for de interesse da presidência, a gente pode desenvolver uma articulação da produção desse material conjuntamente.

Houve no primeiro semestre um ato que foi de importância para o nosso município, que também tivemos aí importantes depoimentos. E eu acho que o momento agora é de reunir tudo isso num único lugar, de termos então a possibilidade de produzirmos um material, vídeo, mas também livro didático para estar nas escolas. Nós não temos um livro didático que conte a história dos mauaenses nesses processos de luta.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

385
M

Nós não temos material para difundir, divulgar.

Uma outra ideia que talvez esta Comissão possa apoiar, empreender, além da caravana que é importante, são grafites por toda a cidade. Nós temos representantes aí da Secretaria de Cultura, contando a história de Mauá nos muros, porque a história de Mauá infelizmente parece que ela aconteceu pós-shopping. Muitas pessoas acham que Mauá existiu depois que se instaurou um shopping ali. E nós temos uma história linda de luta de todos os bairros.

Cada vez que um trem para na estação Guapituba, isso é fruto da luta das mulheres do Parque das Américas. Quem sabe disso? Quem conta isso? Quem deveria contar essa história está deixando de contar essa história para fazer o quê? Essa é a minha pergunta.

Nós moramos em Mauá, e aquela síndrome de quem mora na periferia, que tem vergonha, que tenta esconder, que tenta omitir, vai se perpetuar enquanto nós não pararmos para valorizarmos as riquezas. Os grupos de teatro do Augusto Boal, do teatro da libertação, está na biografia do Augusto Boal.

Então, quando você vai ler a história do Betinho, a história do Augusto Boal, a história de tantas outras pessoas importantes que são reverenciadas nacionalmente, Mauá tem o seu histórico. Quando a Ditadura Militar aconteceu, os militares vieram aqui para a RECAP, porque a gente sabe que o interesse é do capital, e o petróleo é o sangue do capital. E eles vieram primeiro para cá para fazerem o controle.

E a gente tem que então olhar para nós mesmos com muita alegria, olhar para nós mesmos com muito orgulho e contarmos a história para as nossas crianças, contarmos com orgulho que nós temos um grupo de catira, um grupo de samba lenço, uma banda Lyra, e tantos outros patrimônios desconhecidos e quase secretos. Por que a gente está referenciando o quê?

Então, nós temos uma Faculdade, um centro de conhecimento, e não temos uma faculdade pública – e deveríamos ter. Porque a UFABC é de todo o ABC, e por que não temos uma universidade federal do ABC para ser, inclusive, a sede do centro de memória.

Então, nós, você que é da cidade de São Paulo tem a alegria de poder estar em uma metrópole em que as coisas fluem, acontecem com dificuldade, mas acontecem. Quem é da periferia é preciso lidar até com uma sensação, até com uma vergonha de infelizmente olhar para si mesmo e falar: "Nossa, aqui não tem nada, aqui não acontece nada, nós não temos história".

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

386

E nós somos um povo de luta. A gente ia no catecismo – eu estava conversando com os alunos – e a gente aprendia com os padres a importância de se organizar, a importância de se participar. A gente ia para a escola, e eu também estudei aqui no Viscondão, e a gente aprendia com os professores – eu tive aula com o Afonso Klein, que infelizmente saiu de Mauá agora – a importância de participar, a importância... E a gente vai dando continuidade, porque a gente tem respeito ao que viveu e ao que sofreu, ao que apanhou e ao que morreu em nome da luta por um país melhor.

Então, o nosso compromisso é dar continuidade. É dizer que continuam organizados os moradores da cidade, e que o Legislativo, e que o Executivo, e que o Judiciário, têm obrigação de lutar para que Mauá seja o espaço do conhecimento do passado, do presente e do futuro.

E que a gente tenha oportunidade de se desenvolver, porque quem é pobre não tem oportunidade de se desenvolver, porque as estruturas não estão ao nosso favor, pelo contrário, ainda estão na busca de tentar cercear as oportunidades que a gente tem para o desenvolvimento.

Então, a verdade que esta Comissão precisa dizer e difundir é essa de que Mauá é um lugar maravilhoso, de que os mauaenses são pessoas de luta, porque o ABC é o celeiro da luta do Brasil, e que se essa verdade não for todos os dias dita, nós vamos achar que somos pessoas de segunda categoria, e não somos!

Muito obrigada, agradeço a todos e a todas. Boa noite."

→ O Sr. OLIVIER NEGRI FILHO – Ex-vereador de Mauá.

"Boa noite a todas e a todos.

Eu vou, realmente, ser muito breve, porque as ponderações que foram feitas anteriormente me fizeram regredir pelo menos 50 anos atrás – já estou com 62.

Eu queria dizer da minha satisfação da gente estar podendo contribuir para resgatar esta memória do nosso povo, através desta comissão que está sendo presidida pelo Wagner Rubinelli, que iniciou politicamente, participando do nosso grupo, com o Reverendo Glênio, da igreja anglicana, o pessoal da comunidade São Paulo Apóstolo do Jardim Zaira também.

Porque muita gente fala: "Mas e os protestantes participaram da luta?"

Participaram, sim. Os luteranos participaram, os presbiterianos participaram, os anglicanos, aqui de Mauá foi o Padre Glênio. E nós participamos juntos também nos CEP's, em Santo André, com o Celso Daniel, com o Bruno, com a Marilene Nakano, enfim... Foi assim, um trabalho de construção e que a gente vê os frutos.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

387
M

O Edgarzinho Grecco, que acabou de sair, quando ele foi Vereador pela primeira vez, ele era da Arena. Arena, partido do Governo.

E ele acabou dando apoio ao movimento sindical arrecadando alimentos para o fundo de greve e começou a se politizar, porque ele freqüentava muito a nossa casa, e meu pai, minha mãe, a gente lá.... Enfim... Eu estou querendo dizer com isso o seguinte, há algum tempo atrás o pessoal falava assim: "Essa juventude alienada só fica no facebook, só fica na televisão, no shopping, são alienados".

Olha, eu quero dizer que eu realmente discordo radicalmente disso. Alienado é aquela pessoa que se acomodou, entendeu, e desistiu da luta.

Eu sou diretor de escola pública, já estou aí há 38 anos na educação aqui no nosso município, sempre no nosso município e sempre lá no Jardim Zaira, porque eu moro lá desde 58, sou professor, fui professor no Izilda, fui Diretor no Mercedes, sou Diretor no Iracema Klein.

E ontem os professores lá da escola, de História, de Filosofia, Sociologia, me pediram para que eu batesse um papo com os meninos, e alguns adultos, lógico, que nós temos lá o EJA à noite do ensino médio, e tem os garotos do ensino médio. Para falar um pouquinho com eles sobre a Ditadura Militar.

Nós tivemos numa outra oportunidade a visita do Padre Praxedes, da Júlia, da Gilda, também num debate sobre a Ditadura Militar lá no Iracema Klein. E mais uma vez, ontem, eu fiquei extremamente emocionado. Por quê?

Porque assim, quem estava falando com eles não era o diretor da escola, mas era uma pessoa que mora no bairro, que o pai me conhece, a mãe me conhece, o avô, e muitas vezes o bisavô e a bisavó me conhecem. E eles participaram de uma maneira tão ativa, tão interessados no assunto, na luta que era de ontem, mas que hoje precisa de ter continuidade, que foi uma coisa impressionante.

Tinha lá acho todos os professores dessa sala de aula e os que estavam com aula vaga, os eventuais, estavam lá participando também. Bom, deu sinal e os meninos não queriam nem descer, queriam continuar conversando.

Ai, mesmo assim, eu falei: "Bom, já é um pouco tarde..."

Descemos lá para o pátio. Bom, eram 10 horas da noite e os meninos nem queriam ir para a sala de aula, queriam conversar sobre a Ditadura Militar, sobre os movimentos populares existentes hoje.

Então, tem uma militância aí que eu faço a minha parte, eu sei que ela é modesta, mas eu dou a minha contribuição no Centro de Memória daqui de Mauá.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

388
M

Participo também do Memorial da Resistência, que foi criado em Santo André com apoio do sindicato, e com respaldo do Prefeito Grana, que é um cara que eu tenho um respeito profundo, pelo envolvimento que ele tem na luta de resgate, na luta que houve contra a ditadura, e os movimentos...

E o que tem que ser resgatado hoje em termos de desigualdades sociais. Então, eu tenho um respeito muito grande pelo Grana.

E a gente participa lá do Centro de Memória, do Memorial de Resistência lá em Santo André também, e sou diretor da Sabajazac, a gente continua fazendo trabalho social lá.

E paralelo a isso a gente tem procurado contribuir no sentido de que novas lideranças vão surgindo, e que as lutas realmente têm uma consequência, não apenas o quebra-quebra, mas a conquista dos direitos da cidadania. Este ano é um ano eleitoral e nós temos a obrigação de mostrar para os nossos jovens que o voto tem que ser consciente.

E, sobretudo, quero concluir dizendo da minha grande satisfação de estar aqui com o Padre Praxedes que foi um dos meus principais mentores. Lógico, eu não aprendi nem 10% de todo ensinamento que ele pode transmitir, porque eu não sou muito inteligente, não. Mas o pouquinho do que eu aprendi com ele, eu tenho procurado estar transmitindo e eu espero só parar de lutar contra as desigualdades, as injustiças neste país, no dia em que eu morrer.

Aí não tem jeito. Outros virão e me substituirão com certeza. Eu já tenho duas lá que são mais ou menos guerrilheiras – não é, Wagner? – elas não estão aqui hoje por problemas, outros problemas, mas tenho duas guerrilheiras, aprendizes de guerrilheiras, lá em casa.

Então, boa noite, muito obrigado. É uma satisfação muito grande poder contribuir."

V) CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FATOS APURADOS E CONCLUSÃO:

Após examinar os fatos, ouvir e colher depoimentos, é evidente a esta Comissão da Verdade que a Ditadura Militar que assolou o Brasil no período de 1964 até 1985, também agiu de forma violenta, sanguinária e perseguiu muitos cidadãos e trabalhadores em nossa cidade de Mauá.

Os depoimentos, em destaque o da Senhora **MARIA JÚLIA OLIVEIRA LOBO**, representante do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região, retratam que em contrapartida ao regime, existiram movimentos fortes de resistência, como por exemplo, a Ação Popular que segundo o Centro de

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

389
MS

Documentação e Informação Científica da PUC, – SP – CEDIC, “é um dos desdobramentos do processo iniciado dentro da JUC nos anos de 1959/60, durante os quais, tomando consciência dos problemas brasileiros, lançou-se às lutas políticas e ideológicas. Apesar de não ser muito forte em número de militantes, a JUC era, assim como o Partido Comunista, a força estudantil melhor organizada. Em 1959, sem abandonar completamente o interesse pelos problemas políticos, desenvolvera uma atividade de caráter mais acentuadamente religioso e interno. A partir daquele ano, voltou-se de preferência para o político e o social. Em 1960, alguns de seus militantes chegaram à presidência e outros cargos de direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir de então, formou-se uma aliança com as forças de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passou a predominar na política estudantil.” Sendo que a Ação Popular foi um dos grupos mais organizados no combate e resistência a Ditadura Militar e agiu de forma contundente também em Mauá.

Tal depoimento traz também a memória da atuação de Raimundo Eduardo da Silva, militante da Ação Popular. Jovem, estudante, aos 22 anos de idade que foi levado ao hospital de Santo André para as dependências do DOI-CODI em São Paulo, onde foi barbaramente torturado, morto e enterrado como indigente. Tendo ele família em Mauá, e que foi justamente homenageado nomeando rua em nosso Jardim Zaira. Bem como também relembra que o Senhor José Joaquim de Oliveira, pai de Maria Julia, também foi detido na mesma data e fomos todos levados para São Bernardo e depois para o DOPS, DOI-CODI, Operação Bandeirantes, justamente pela razão de este ser o Presidente do Partido Comunista Brasileiro.

Em seu depoimento, a Senhora **MARIA JÚLIA OLIVEIRA LOBO**, retrata que foi agredida por diversas vezes de forma violenta e covarde junto com seu pai, citando que *“Na OBAN, os militares procuravam quebrar as resistências de todos os presos. O medo de sofrer novamente as mesmas dores era, por vezes, mais pavoroso que as próprias dores. Por isso a percepção, na fé, da presença de Deus em nossas vidas, que tanto encorajava os primeiros grandes mártires.”*

Sendo que mais a frente, retrata o nome de um famoso torturador, o Capitão Albernaz, dizendo: *E a seguir, chega o Capitão Albernaz. Qual preso político que não conheceu o Capitão Albernaz? Conhecidíssimo por todos pelas atrocidades que cometeu em todos que por lá passaram, inclusive comigo e com meu pai. E não seria diferente.*

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

390
MF

Cumpre informar, em parênteses, que o Capitão Albernaz se trata de Benoni de Arruda Albernaz, que ficou conhecido como o "*Capitão que socou o olho de Dilma Rousseff em 1970*" por matéria jornalística do Jornal O Globo, escrita por **THIAGO HERDY**, 30/06/2012. Espanta-se que ele foi, na época, classificado pelos militares como: "Oficial capaz, disciplinado e leal, sempre demonstrou perfeito sincronismo com a filosofia que rege o funcionamento do Comando do Exército: honestidade, trabalho e respeito ao homem", escreveu seu comandante na Oban, o tenente-coronel Waldyr Coelho.

Tamanha era a crueldade de Albernaz que em 2001, em relato à Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais, a presidenta Dilma afirmou que já tinha levado socos ao ser interrogada em Juiz de Fora (MG), em maio de 1970, e que seu dente "se deslocou e apodreceu". No mesmo depoimento, ela explicou: "Mais tarde, quando voltei para São Paulo, Albernaz completou o serviço com socos, arrancando meu dente".

Quinze anos depois de agredir Dilma na Operação Bandeirantes, os caminhos percorridos por Albernaz não o levaram à condição de herói nacional, como ele imaginava. Registro bem diferente foi associado a seu nome na sentença do Conselho de Justiça Militar em que foi condenado a um ano e seis meses de prisão por falsidade ideológica. "Ética, moral, prestígio, apreço, credibilidade e estima são valores que o militar deve desfrutar junto à sociedade e ao povo de seu país. A fé militar e o prestígio moral das instituições militares restaram danificadas pelo comportamento do réu", concluiu o presidente do conselho, João Baptista Lopes. Trazendo assim, a Albernaz o registro histórico que merece, qual seja, o de um homem covarde e que envergonha a pátria, encerramos o parênteses.

O Padre José Mahon informou que chegavam pessoas conhecidas dizendo que tinha uma pessoa procurada pelo DOPS, pela polícia política, sendo que os padres e membros das paróquias os escondiam. Sendo que em 1971, o Padre chegou a Mauá para começar uma comunidade no Parque das Américas e ajudar também no Jardim Zaira. As prisões dos jovens e dos adultos do Zaira já tinham sido

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

391
MG

realizadas, e o Padre com sua altivez e coragem conseguiu ir ao DOPS e resgatar dois jovens que tinham sido presos de nome Expedito e Marinho.

Emblemático também foi o depoimento do Ex-vereador de Mauá e preso político, perseguido pelo Regime Militar, Olivier Negri Filho, em que ele descreve melhor a Ação Popular como um partido que surgiu dentro da igreja católica, através do movimento de ação católica. JOC, ACO, etc., e que trouxe para Mauá, o Betinho - **Herbert José de Sousa**, conhecido como **Betinho**, foi um sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiro. Concebeu e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Integrou a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e, em 1962, fundou a AP (Ação Popular), da qual foi coordenador até 1964 - Sendo que o Betinho tinha que morar em algum lugar, tendo ele hemofilia, foi acolhido na casa de Olivier, em razão de sua mãe ser enfermeira, estando também Betinho com os documentos falsos, o nome falso dele era Francisco de Carvalho, com este nome inclusive, com os documentos falsos é que ele foi contratado para trabalhar na Porcelana Schmidt.

O fato é que com a vinda do Betinho e do pessoal da APE, os militantes da resistência se filiaram à Ação Popular e formaram as células de base, várias células que eram os militantes, depois tinham os simpatizantes e os aliados. Esta atuação da APE em Mauá e também na Vila Assis e em alguns outros bairros, mas o mais forte era no Jardim Zaira, consistia em fazer um movimento de denúncia contra a ditadura. Eram feitos comícios relâmpagos e palestras nas datas que se comemoravam, por exemplo, Independência do Brasil. Então nas casas de alguns aliados, que normalmente eram pessoas ligadas à igreja, eles reuniam um grupo de pessoas e iam palestrantes para discutir política. Enfim, era feito um proselitismo político de conscientização política da massa, da população do bairro, isso além dos comícios relâmpagos.

Olivier contou que havia uma militância muito intensa, em que participavam, ele, Maria Júlia, e muitos outros da UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

392
MS

Sendo que em 1970, eles tiveram a notícia de que, provavelmente haviam sido denunciados e que iriam ser presos, junto com um grande número de pessoas em Mauá e foram aconselhados a se mudar para Santo André e outras regiões do ABC e não se mudaram, sabendo que a família ficaria e sofreria as consequências. Sendo que no dia 16 de dezembro de 1970, Olivier foi preso, dia em que estava estudando para uma Prova de Física e fora chamado na Junta Militar de Mauá para jurar a bandeira, sendo que chegando lá este foi raptado, o jogaram dentro de um fusca e o levaram para uma chácara, sendo que o fizeram roleta russa. apanhou muito, o fizeram ficar nu, o arrancaram a roupa na marra, para humilhar. Sendo que entrou um rapaz chamado Josimar, que na época ele era cobrador de ônibus, amigo da comunidade, mas não era o Jesomar, pessoa a qual a Ditadura estava atrás. Quando o rapaz errado Josimar entrou, já apanhou, sendo este, vizinho da Júlia até hoje.

Após apanhar muito, Olivier foi mandado para a Seccional de São Bernardo, o levaram para um quarto, de mais ou menos uns cinco metros de comprimento, por uns dois de largura e dois metros de altura, tiraram sua roupa e começaram a tortura em um pau de arara, fizeram perguntas e deram choques nos órgãos genitais e na boca porque é onde é mais sensível. Olivier foi torturado aproximadamente uma hora, segundo relato, eles o desceram do pau de arara, e ele já não conseguia ficar de pé.

Sendo que na segunda feira subsequente às torturas, Olivier foi chamado no gabinete do delegado, e na época eram os delegados, Dr. Machado, Dr. Jefer e Dr. Augusto, os três delegados da Seccional, sendo que este foi colocado dentro do carro e levado todo ensangüentado para o Jardim Zaíra, em sua residência. Sendo que na hora o militante Jesomar viu que Olivier estava todo machucado, se entregou puro e simplesmente e eles foram pegando o pessoal nos locais de trabalho, dentre os companheiros, Gil trabalhava na Ibrape e prenderam por lá, e foram prendendo a todos que alcançaram.

Desta forma, os militantes preso foram levados para a Seccional do DOPS em São Bernardo, sendo que Olivier ficou preso 89 dias sem

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

393
M

receber uma visita sequer, ressaltando que foram momentos de horror e tortura tanto a Olivier quanto aos outros perseguidos pela Ditadura Militar.

Restando claro que a Ditadura Militar deixou marcas muito fortes em nossa cidade e que infelizmente, em razão da morte de muitas pessoas, existem fatos que não podem mais ser apurados, porém acreditamos que esta Comissão da Verdade conseguiu resgatar e documentar tal história municipal e também nacional, para que esta nunca esquecida e que jamais aconteça de novo, sendo que cada depoimento, transcrito na íntegra neste Relatório Final, mostra com riqueza de detalhes, como agiu o Regime Militar e seus órgãos de opressão e como cidadãos de Mauá foram protagonistas e heróis na luta pela resistência e pela volta da democracia.

VI) PROPOSTAS

- a) A exemplo da Comissão da Verdade do Município de São Paulo, sugerimos à Comissão Nacional da Verdade, que se encaminhe ao Congresso Nacional a necessidade de elaboração, por legislação federal, de um “estatuto de sepultamento”, de modo que não mais se permita o sepultamento e/ou cremação de pessoas não identificadas (a título de indigentes, etc.), sem que se faça uma identificação pelos meios possíveis, principalmente DNA, e posterior arquivamento obrigatório destes dados, com a constituição de banco próprio; Investigar o nascimento de crianças nos cativeiros da ditadura militar e/o seu paradeiro; e se apóie o Projeto de Lei (PL) que tramita no Congresso nacional e que dá interpretação autêntica à Lei de Anistia;
- b) Que as Comissões Nacional e Estadual da Verdade, acompanhem o andamento das ações civis e penais, movidas pelo Ministério Público, familiares de desaparecidos e vítimas da tortura, propugnando pelo regular processamento; que aprofundem a identificação dos indivíduos apontados como torturadores neste relatório, para fins históricos e de ações regressivas do Poder Público contra os mesmos, como já propugnado pelo Ministério Público Federal, nos casos cabíveis; que propugnem revogação do Decreto nº 13.756, que trata da permissão de uso do terreno estadual ao DOI-CODI; e transformar a ex-sede do

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

294
118

DOI-CODI em um memorial à democracia; que investiguem relatos de que militares também sofreram perseguição e perderam suas patentes por não compactuar com a exceção institucional que se instalara, ou ainda sofreram perseguição durante o regime porque não demonstravam alinhamento automático;

- c) Sugerimos a Prefeitura de Mauá, que no Museu Barão de Mauá, tenha um espaço reservado à memória da resistência e da luta contra a Ditadura Militar em Mauá.
- d) Sugerimos à Câmara Municipal de Mauá, que se crie no site da CMM, um link com os resultados desta Comissão da Verdade; que se dê publicidade a este Relatório por todos os meios e mídias, promovendo inclusive a encadernação para posterior distribuição a todas às escolas municipais, públicas estaduais desta cidade. Universidades. Bibliotecas e instituições afins: E que faça trabalho no sentido de conceder títulos de Cidadão Mauaense às pessoas que reconhecidamente lutaram contra a Ditadura Militar no Município de Mauá.
- e) Que se crie um grupo de trabalho (GT) nesta CMM, junto à Presidência, para dar encaminhamento e acompanhamento às medidas aqui propostas, após o encerramento dos trabalhos desta Comissão da Verdade.

VII) CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES DO VEREADOR WAGNER RUBINELLI

É fato que a ditadura militar foi um período sombrio que assolou todo o Brasil e também teve graves consequências também em nosso Município de Mauá.

Sendo que, conforme assinalam Inez Stampa e Vicente Rodrigues, no artigo Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar: o Brasil, assim como outros países sul-americanos, passou pela experiência de um regime ditatorial, com protagonismo das Forças Armadas, na segunda metade do século XX, como a Argentina (1976-1983), o Uruguai (1973-1985) e o Chile (1973-1990). Mas, ao contrário do Brasil, esses países aplicaram, logo após o restabelecimento de eleições diretas, mecanismos de justiça de transição com o objetivo de averiguar violações de

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

395
Wj

direitos humanos praticadas no período ditatorial, incluindo mecanismos judiciais voltados à punição de torturadores e assassinos. É possível configurar o direito à memória e à verdade como aquele vinculado ao direito de conhecer um passado marcado por violações de direitos humanos. Trata-se, conforme aponta Silva Filho (2009, p. 78-79), de um direito transindividual que alcança “os mais diversos grupos da sociedade civil”. Por outro lado, é um direito que representa “as mais diversas formas de reivindicação e concretização, não estando necessariamente preso à legislação estatal”, tendo em vista que “sua formulação e reivindicação continuam a existir mesmo que a legislação imponha políticas de esquecimento”.

Desta forma é fundamental que municípios tenham o bom hábito de apurar as graves violações de direitos humanos que ocorreram em seus limites geográficos, sendo fundamental tal feito para o fortalecimento da democracia em contraponto ao direito exercido pela força e para que nunca mais ocorram períodos como aquele. Foi isso que Mauá orgulhosamente fez.

Como citou Emiliano José na Revista Carta Capital, foram 21 anos de terror, de arbítrio, de tortura, de subtração de quaisquer traços do Estado de Direito, de supressão completa das liberdades, desaparecimento de pessoas. Como não lembrar disso tudo? Como não resgatar a verdade? Como não tomar conhecimento dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro? Como não nominar os criminosos, ao menos isso? É extraordinário que jovens tenham se articulado, nos últimos dias, para começar a revelar alguns torturadores que desfilam pelas ruas do Brasil como se fossem pacatos cidadãos e cumpridores da lei. É curioso como esses torturadores se relacionam com os fatos históricos. É como se fosse possível apagar o que fizeram, pura e simplesmente. Não deve ser muito agradável a filhos, netos, esposa, quem seja do círculo mais íntimo, surpreender-se com o monstro com quem moram e convivem, aquele que parecera até ali um pacato cidadão. Como? Meu pai, você foi mesmo um torturador? Meu avô, você tirava sangue das pessoas? Não, eu só interroguei, será a provável resposta. Ou eu só anotava. Não, eu só prendia. Sei lá o que responderão. Talvez seja o único preço que venham a pagar – a revelação da verdade. É só o que pretende a Comissão da Verdade, a rigor. E afinal, o STF, contrariando tudo que o Direito Internacional preconiza, resolveu anistiar os torturadores, deixar de considerar os crimes de tortura, seqüestro, desaparecimentos de pessoas como imprescritíveis.

Entendemos que a Comissão Nacional da Verdade foi um importante momento de nossa história. Esclarecedor. Veio à luz uma grande parte das atrocidades da ditadura. Afinal. Quem tem medo da verdade?

Desta forma, a Comissão Municipal da Verdade de Mauá veio pra esclarecer o ocorrido em nossa cidade, em nomear verdadeiramente os covardes torturadores e os heróis torturados da resistência e todos aqueles lutaram por uma cidade e um país

X



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

396
my

melhor, fica o reconhecimento desta Câmara Municipal e o agradecimento a estas pessoas, que deram uma lição de heroísmo. E qual foi a principal finalidade desta Comissão Municipal da Verdade? Resgatar a memória, energizar a democracia e conscientizar as pessoas. sempre no espírito da frase chefe da Comissão Nacional da Verdade: "Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça".

Viva a democracia, viva Mauá e viva o Brasil!

CONSIDERAÇÕES DO VEREADOR EDGARD GRECCO FILHO

Acredito que a Comissão da Verdade instalada em nossa cidade é importante como instrumento de apuração de abusos e violações de Direitos Humanos e deve funcionar como movimento de divulgação. Dar voz as vítimas e apurar padrões utilizados pelos abusadores tanto através dos depoimentos, como o registro dos fatos para conhecimento geral trazendo a tona fatos até então desconhecidos ou inacessíveis para muitos é dever desta Casa.

A partir das apurações a sociedade deve ser informada para conhecimento dos detalhes do regime que violou e oprimiu a muitos, e neste sentido temos o dever de apresentar recomendações para aprimorar as instituições para que os atos registrados não voltem a ser repetidos.

É importante destacar os objetivos principais da Comissão da Verdade, como esclarecer e reconhecer abusos, combater a impunidade, restaurar a dignidade e facilitar o direito das vítimas à verdade; acentuar responsabilidades e recomendar reformas contribuindo para a justiça e a reparação.

Acredito ainda que com base nos depoimentos, a reconstrução histórica dessas violações e o incentivo a revelação de informações e documentos; identificando e tornando públicas as estruturas e locais utilizados para a prática dessas violações, suas ramificações nos diversos aparelhos do Estado e em outras instâncias da sociedade, devem ser registrados e divulgados a toda sociedade, contribuindo, dessa maneira, para que a história de nossa cidade seja conhecida e valorizada.

X



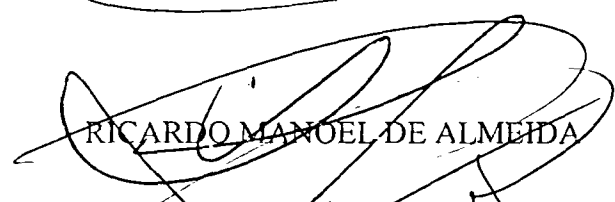
CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S. P.

294
11/11

A divulgação dos fatos é fundamental, pois a base do autoritarismo pode até dormir mas nunca morre, e a melhor maneira de combatê-lo é mostrar a verdade a toda sociedade, para que possamos dizer: Democracia sempre, tortura nunca mais!

Vereadores


EDGARD GRECCO FILHO


RICARDO MANOEL DE ALMEIDA


WAGNER RUBINELLI

X



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PRESIDÊNCIA

REF.: Ofício nº 261/2015 – Processo 82275
ASS.: Câmara de Mauá – Informações Comissão da Verdade

À
SGP
Senhor Secretário Geral Parlamentar,

Segue o presente expediente para
conhecimento e exame por parte da Comissão correspondente.

Presidência, 06/05/2015.

Rodrigo Juncal Rössler
Chefe de Gabinete
Presidência